



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 165

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 165

149ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 09

Dep. Elio Rusch 10

Dep. Luciana Rafagnin 16

Dep. Professor Luizão 17

Dep. Waldyr Pugliesi 17

Dep. Reni Pereira 19

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 13

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 11

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 18

Liderança do PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 20

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Preferência de Votação

1ª Discussão 24

Discussão/Votação

Redação Final 24

3ª Discussão 25

2ª Discussão 25

1ª Discussão 27

Requerimentos 28

Explicações Pessoais:

Dep. Jocelito Canto 28

Dep. Professor Luizão 29

Encerramento da Sessão 30

DIÁRIO Nº 165

149ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 149ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Plauto Miró.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mamede, Miltinho Pupio e Teruo Kato (15).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Carlos Simões e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 13 de dezembro de 2007.

Senhor Presidente:

Comunicamos à Mesa que por motivo de estar recebendo uma homenagem na Universidade Federal do Paraná pelo Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia professor Dr. Hamilton Moreira, o Deputado Ney Leprevost - PP, não poderá estar presente à Sessão Plenária de 13 de dezembro de 2007 (quinta-feira).

Sendo o que temos para a oportunidade firmamos nos atentamos.

(a) DUÍLIO GENARI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 388/07

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Instituir o Programa Estadual de Desverminação dos Estudantes da Rede Estadual de Educação a ser desenvolvido em ação conjunta das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde.

Proposta de projeto de lei:

“Art. 1º Institui o Programa Estadual de Desverminação dos Estudantes da Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná.”

Art. 2º O Programa tem por objetivo atingir todos os estudantes matriculados na rede estadual de Educação e será desenvolvido em ação conjunta pelas Secretarias de Estado da Educação e da Saúde.

Art. 3º O programa consistirá em campanha de divulgação e esclarecimento dirigida à população em geral e, mais especificamente, aos estudantes da rede estadual de educação; coleta de material para exame laboratorial com o objetivo de identificar verminoses; combate com medicamentos adequados às verminoses incidentes; e, também, controle de resultados obtidos e monitoramento de reincidência.

Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar os convênios ou termos de cooperação que se fizerem necessários para a implantação do programa objeto da presente lei.

Art. 5º Ao Poder Executivo caberá regulamentar a presente lei, no prazo de seis meses da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A ocorrência de verminoses nos estudantes da rede pública de educação é bastante preocupante, principalmente se levada em conta à má qualidade de higiene e falta de saneamento básico que atingem as classes mais baixas da nossa população. As principais formas de contaminação se dão através da água contaminada e ingestão de alimentos sem a devida higienização.

As consequências das verminoses são várias, tais como prejuízo no desenvolvimento e na capacidade de aprendizado das nossas crianças, o que compromete não só esta fase da vida, mas se estende a toda ela.

A divulgação das doenças provocadas pela falta de higiene e utilização de água tratada pode ser potencializada através do programa objeto deste projeto de lei, pois aprendendo a forma correta de proceder, as crianças e adolescentes podem transmitir aos pais e demais adultos com quem convivem.

Assim, a presente indicação tem por objetivo propor uma forma de minimizar o problema e, ao mesmo tempo, servir como mais um instrumento de prevenção de doenças e divulgação dos sintomas e consequências provocadas pelas verminoses e, para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

INDICAÇÃO Nº 389/07

SÚMULA:

Propõe repasse de verba para manutenção básica do Mercado do Produtor - CEASA/PR.

Ao Exmo. Sr. Valter Bianchini - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Viabilizar o repasse de verba para manutenção básica do Mercado do Produtor - CEASA/PR.

2 - Tal solicitação se faz necessária considerando:

- O valor dos produtores rurais de Curitiba e Região Metropolitana, os quais com seu suor e trabalho garantem o abastecimento dos alimentos a toda a população da capital e região, bem como o sustento de suas famílias;

- A importância do Mercado do Produtor (CEASA/PR), local que deve ser apropriado para a comercialização dos produtos alimentícios;

- Considerando a falta de manutenção do Mercado do Produtor, o qual necessita com urgência de obras de manutenção básica (troca de lâmpadas, melhoria e manutenção dos banheiros, pinturas, placas de indicação, consertos no asfalto e calçamento, etc.);

- Cobrança pelos espaços diários (pedra) utilizados pelos produtores rurais, cobrança a qual perfaz atualmente o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) diários por cada espaço disponível;

- Parte do valor total arrecadado pelo CEASA/PR com o Mercado do Produtor deve ser destinado à manutenção das instalações e realização de benfeitorias e melhorias desse mesmo mercado, o que não está sendo observado.

Propõe o repasse do percentual de 20% (vinte por cento) do valor total arrecadado no pagamento das diárias dos espaços utilizados (pedra) no Mercado do Produtor, percentual esse que será descontado do valor cobrado (atualmente de R\$15,00) e repassado diretamente para APROTIBA - Associação dos Produtores da CEASA de Curitiba, sociedade civil de direito privado (CNPJ nº 03.995.695/0001-87, representante dos interesses de todos os produtores que utilizam o Mercado do Produtor - CEASA/PR, para realização dessas obras básicas de manutenção.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER preferência de votação do Projeto de Lei nº 681/07, item 12 da ordem do dia, que isenta os veículos emplacados no município de

Guaratuba, da taxa para passagem do ferry-boat de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Luiz Eduardo Cheida, Antonio Belinati, Waldyr Pugliesi e Professor Luizão.

REQUERIMENTO Nº 3744

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação,

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Weber pelo falecimento do Sr. Jorge Aloysio Weber, ocorrido no último dia 12.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia aos familiares, no endereço: R. Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 928, ap. 19 Curitiba/PR CEP 80430-180.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O empresário Jorge Aloysio Weber, que foi presidente da Federação das Indústrias do Paraná - FIEP por três mandatos consecutivos (1986 a 1995), Vice-Presidente da Confederação Nacional das Indústrias - CNI, Secretário de Estado da Indústria e Comércio no primeiro mandato do Governador Roberto Requião (1991 a 1994), morreu no início da noite desta quarta-feira (12), aos 79 anos de idade.

Weber pai da atual Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Mara Marta Renner Weber Lunardon, presidiu também, o Sindicato das Indústrias Gráficas do Paraná. Empresário desse ramo, Jorge Aloysio tinha entre as características mais marcantes a paixão pelas atividades que desempenhava e a competência com que administrou as instituições onde atuou.

Natural do Rio Grande do Sul (Passo Fundo), mudou-se para o Paraná em 1966. Estava casado com Maria Luiza Renner Weber e além de Maria Marta era pai de Carmem Luiza e avô de 4 netos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Weber, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 3741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à direção e funcionários da TV Sinal, pelo início oficial das transmissões, que ocorrerá no dia 18 de dezembro próximo, desejando-lhes êxito e sucesso.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência a ser enviada à direção e funcionários da TV Sinal, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao idealizador do nome da TV Sinal - som, imagens e notícias da Assembléia, pela originalidade na escolha, que reflete de maneira bastante inteligente e criativa a função a que se destina esse veículo de telecomunicações.

Requer ainda, que se dê ciência ao interessado através de correspondência a ser enviada à direção da TV Sinal, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações e louvor à C. Vale pelos 30 anos de criação da sua Aviação Agrícola própria.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

No Brasil, a Aviação Agrícola iniciou-se em 1947, devido ao ataque de uma praga de gafanhotos na região de Pelotas, Rio Grande do Sul, onde foi realizado o primeiro vôo agrícola no país no dia 19 de agosto daquele ano, dia instituído da Aviação Agrícola.

Poderemos observar nos próximos anos um grande desenvolvimento de novas tecnologias na área de aplicação com aeronaves agrícolas no Brasil. Empresas fabricantes de aviões agrícolas e equipamentos do Brasil e de outros países, nos próximos anos, buscando esse grande mercado potencial da aviação no Brasil que existe ainda a ser conquistado.

A empresa C. Vale, através de seu trabalho na área de aviação Agrícola, conseguiu conquistar o mercado do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, demons-

trando vanguarda e visão de mercado a longo prazo, pois atualmente está colhendo seus frutos.

Além disso, possui visão cooperativa, o que demonstra os valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação, acreditando nos valores éticos de honestidade, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.

Quero cumprimentar a C. Vale pelos 30 anos de operações na área de aviação agrícola e parabenizar pelo excelente trabalho que vem realizando para seus cooperados.

REQUERIMENTO Nº 3746

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações e louvor à Volvo do Brasil.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Quero cumprimentar o Grupo Volvo do Brasil pelos 30 anos de existência em nosso país. Em 27 de abril de 1977 o príncipe Bertil, da Suécia, participou, junto com outros executivos da matriz, da solenidade de instalação da pedra fundamental da empresa, na então nascente Cidade Industrial de Curitiba (CIC), condomínio criado para abrigar indústrias, empresas de serviços e residências na capital paranaense. A constituição da empresa, no entanto, se deu em 24 de outubro daquele ano.

Hoje a unidade brasileira é responsável pelos negócios de caminhões, ônibus, equipamentos de construção, motores marítimos e industriais da marca Volvo para toda a América do Sul.

Sendo assim, sua atuação auxilia todo o povo paranaense, pois além de empregos, a empresa participa ativamente da sociedade através da Fundação Solidariedade, do Programa Volvo de Segurança no Trânsito e da Caravana Ecológica.

Parabenizo, portanto a atuação de todos aqueles que contribuíram para a constituição do que a empresa representa hoje em nosso país.

REQUERIMENTO Nº 3750

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias, por ter votado contra a prorrogação da CPMF, colaborando para derrubar a proposta do Governo Federal.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A discussão sobre a prorrogação da CPMF, foi apenas mais um capítulo de uma longa novela. Depois de ser aprovado na Câmara Federal com longa margem de votos, o Senado Federal na Sessão de ontem derrubou a pretensão do Governo Federal de prorrogar a cobrança da CPMF até o ano de 2011.

Sepultar o referido imposto significou um divisor de águas na relação entre oposição e o Governo no Congresso Nacional. Na verdade foi uma vitória inquestionável para a população brasileira, onde a maioria aplaudiu com muitas felicidades a rejeição da famosa CPMF.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 861/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei institui o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, destinado a disciplinar e promover a realização de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública do Poder executivo Estadual, englobando os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta e indiretamente pelo estado.

Parágrafo Único. As parcerias público-privadas de que trata esta lei constituem contratos de colaboração entre o estado e o particular por meio dos quais, nos termos estabelecidos em cada caso, o ente privado participa da implantação e do desenvolvimento de obra, serviço ou empreendimento público, bem como exploração e da gestão das atividades deles decorrentes, cabendo-lhe contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos e sendo remunerado segundo o seu desempenho na execução das atividades contratadas.

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, na forma estabelecida por legislação federal correlata, inclusive no que diz respeito às normas de licitação, limites para assunção de encargos e contratação e participação tarifária, celebrado entre a Administração Pública direta e indireta, neste último caso sempre com a interveniência do estado, e entidades privadas, com vigência não inferior a 5 (cinco) nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, através do qual o agente privado participa da implantação e do desenvolvimento, serviço ou empreendimento público, bem como da exploração ou da gestão, total ou parcial, das atividades deles decorrentes, cabendo-lhes contribuir com recursos financeiros, materiais e humanos, observadas as seguintes diretrizes:

I - eficiência na execução das políticas públicas e no emprego dos recursos públicos, com estímulo à com-

petitividade na prestação de serviços e à sustentabilidade econômica de cada empreendimento;

II - qualidade e continuidade na prestação dos serviços;

III - universalização do acesso a bens e serviços essenciais;

IV - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

V - sustentabilidade econômica da atividade;

VI - indelegabilidade das funções política, regulatória, controladora, fiscalizadora, legiferante e do exercício do poder de Polícia;

VII - transparência e publicidade quanto aos procedimentos e decisões;

VIII - responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;

IX - remuneração do contratado vinculada ao seu desempenho;

X - responsabilidade social;

XI - responsabilidade ambiental;

XII - remuneração do contratado vinculada ao seu desempenho;

XIII - participação popular, mediante consulta pública.

Art. 3º As ações de Governo relativas ao programa serão estabelecidas no Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas, a ser elaborado nos termos do artigo 7º desta lei.

Das Parcerias Público-Privadas

Art. 4º As parcerias público-privadas serão celebradas pelo estado, e por entidade de sua administração indireta, com o ente privado, por meio de contrato, nos termos do artigo 11 desta lei.

Do Objeto

Art. 5º Podem ser objeto de parcerias público-privadas:

I - a prestação de serviços à administração pública ou à comunidade, precedida ou não de obra pública, excetuadas as atividades exclusivas do estado;

II - a construção, a ampliação, a manutenção, a reforma e a gestão de instalações de uso público em geral, bem como de terminais estaduais e de vias públicas, incluídas as recebidas em delegação da união;

III - a instalação, a manutenção e a gestão de bens e equipamentos integrantes de infra-estrutura destinada à utilização pública;

IV - a implantação e a gestão de empreendimento público, incluída a administração de recursos humanos, materiais e financeiros;

V - a exploração de bem público;

VI - a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do estado, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão, resguardada a privacidade de informações sigilosas disponíveis para o estado.

§ 1º As atividades descritas nos incisos do *caput* deste artigo poderão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - educação, saúde e assistência social;
- II - transportes públicos, notadamente rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, terminais de transportes intermodais e centros logísticos;
- III - saneamento básico;
- IV - segurança, defesa, justiça e sistema prisional, quanto ao exercício das atribuições passíveis de delegação;
- V - ciência, pesquisa e tecnologia, inclusive tecnologia da informação;
- VI - agronegócio, especialmente na agricultura irrigada e na agroindustrialização;
- VII - outras áreas públicas de interesse social ou econômico.

§ 2º Não serão objeto de parceria público-privadas:

- I - a realização de obras prevista no inciso II do *caput* deste artigo sem atribuição ao contratado do encargo de mantê-la e explorá-la por, no mínimo, 60 meses;
- II - a terceirização de mão-de-obra que seja objeto único de contrato;
- III - a prestação isolada, que não envolva conjunto de atividades;
- IV - o contrato de concessão ou de permissão com prazo inferior a 5 anos e valor inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Art. 6º Na celebração de parceria público-privada é vedada a delegação a ente privado, sem prejuízo de outras vedações previstas em lei, das seguintes competências:

- I - edição de ato jurídico com fundamento em poder de autoridade de natureza pública;
- II - atribuições de natureza política, policial, judicial, normativa e regulatória e as que envolvam poder de Polícia;
- III - direção superior de órgãos e entidades públicos, bem como a que envolva o exercício de atribuição indelegável;
- IV - atividade de ensino que envolva processo pedagógico.

§ 1º Quando a parceria envolver a totalidade das atribuições delegáveis da entidade ou órgão público, a celebração do contrato dependerá de prévia autorização legal para a extinção do órgão ou entidade.

§ 2º Não se inclui na vedação estabelecida no inciso II deste artigo a delegação de atividade que tenham por objetivo dar suporte técnico ou material às atribuições nele previstas.

Do Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas

Da Organização do Plano

Art. 7º O Poder Executivo elaborará, anualmente, o Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas, que exporá os objetivos e definirá as ações de Governo no âmbito do programa e apresentará, justificadamente, os projetos de parceria público-privada a serem executados pelo Poder Executivo estadual.

§ 1º O órgão ou entidade da administração estadual interessado em celebrar parceria encaminhará o respectivo projeto, nas termos e prazos previstos em decreto, à apreciação do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), a ser criado no artigo 19 desta lei.

§ 2º Os projetos aprovados pelo CGPPP integrarão o Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas, o qual será submetido à aprovação, mediante decreto, do Governador do Estado, após a realização de consulta pública, na forma de regulamento.

Art. 8º O projeto de parceria que preveja a utilização de recursos provenientes de fundo de parcerias será submetido a parecer do grupo coordenador do fundo, antes de ser aprovado pelo CGPPP.

Art. 9º O CGPPP, sem prejuízo do acompanhamento da execução de cada projeto, fará, permanentemente, avaliação geral do Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas.

Dos Requisitos dos Projetos de Parceria Público-Privada

Art. 10. Os projetos de parceria público-privada encaminhados ao CGPPP, sem prejuízo dos requisitos estabelecidos em regulamento, deverão conter estudo técnico que demonstre, em relação ao serviço, obra ou empreendimento a ser contratado:

I - a vantagem econômica e operacional da proposta para o estado e a melhoria da eficiência no emprego dos recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta ou indireta;

II - a viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função da sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

III - a viabilidade de obtenção pelo ente privado, na exploração do serviço, de ganhos econômicos suficientes para cobrir seus custos;

IV - a forma e os prazos de amortização do capital investido pelo contratado;

V - a necessidade, a importância e o valor do serviço em relação ao objeto a ser executado.

Parágrafo Único. Fica assegurado acesso público aos dados e às informações que fundamentem o estudo técnico de que trata este artigo.

Dos Instrumentos de Parceria Público-Privada

Art. 11. São instrumentos para a realização de parceria público-privada:

- I - a concessão de serviço público, precedida ou não de obra pública;
- II - a concessão de obra pública;
- III - a permissão de serviço público;
- IV - a subconcessão;
- V - outros contratos ou ajustes administrativos.

Art. 12. Os instrumentos de parceria público-privada previstos no artigo 11 desta lei reger-se-ão pelo disposto nesta lei, na lei federal correspondente, pelas normas gerais e regime de concessão e permissão de serviços públicos, de licitações e contratos administrativos e atenderão as seguintes exigências:

- I - metas e resultados a serem atingidos pelo contratado e do cronograma de execução, definidos os prazos estimados para o seu alcance;
- II - definição de critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir a qualidade do serviço;
- III - estabelecimento de prazo vinculado à amortização dos investimentos, quando for o caso, e remuneração do contratado pelos serviços oferecidos;
- IV - apresentação, pelo contratante, de estudo do impacto orçamentário-financeiro do contrato no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, abrangida a sua execução integral;
- V - identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização;
- VI - as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;
- VI - as penalidades aplicáveis à administração pública e ao parceiro privado, fixadas equitativamente, quando se revestirem de caráter financeiro, nos casos de inadimplemento da parceria e dos ganhos de produtividade apurados na execução do contrato;

§ 1º Os editais e contratos de parceria público-privada serão submetidos à consulta pública.

§ 2º Ao término da parceria público-privada, a propriedade do bem móvel ou imóvel objeto do contrato caberá à administração pública, salvo disposição contratual em contrário.

Art. 13. Os instrumentos de parceria público-privada previstos no artigo 11 desta lei poderão estabelecer mecanismos amigáveis de solução de divergências contratuais, inclusive por meio de arbitragem.

§ 1º Na hipótese de arbitragem, os árbitros serão escolhidos dentre pessoas naturais de reconhecida idonei-

dade e conhecimento da matéria, devendo o procedimento ser realizado de conformidade com regras de arbitragem de órgão arbitral institucional ou entidade especializada.

Obrigações do Contratado

Art. 14. São obrigações do contratado na parceria público-privada:

- I - demonstrar capacidade econômica e financeira para a execução do contrato;
- II - assumir compromisso de resultados definido pela administração pública, facultada a escolha dos meios para a execução do contrato, nos limites previstos no instrumento;
- III - submeter-se a controle estatal permanente dos resultados, como condição da percepção da remuneração e pagamento;
- IV - submeter-se à fiscalização da administração pública, sendo livre o acesso dos agentes públicos às instalações, informações e documentos relativos ao contrato, incluídos os registros contábeis;
- V - sujeitar-se aos riscos do empreendimento, salvo nos casos expressos previstos no contrato e no edital de licitação;
- VI - incumbir-se de atos delegáveis da desapropriação, quando prevista no contrato e mediante outorga de poderes pelo Poder Público, caso em que será do contratado a responsabilidade pelo pagamento das indenizações cabíveis.

Parágrafo Único. Ao Poder Público compete declarar de utilidade pública área, local ou bem que sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato e à implementação de projeto associado, bem como, ressalvada a hipótese do inciso VI deste artigo, promover a sua desapropriação diretamente.

Remuneração

Art. 15. O contratado poderá ser remunerado por meio de uma ou mais das seguintes formas:

- I - tarifa cobrada dos usuários;
- II - recursos do Tesouro estadual ou de entidade da administração indireta estadual;
- III - cessão de créditos do estado ou de entidade da administração indireta estadual, excetuados os relativos a impostos;
- IV - transferência de bens móveis e imóveis, na forma da lei;
- V - título da dívida pública, emitidos com observância da legislação aplicável;
- VI - cessão de direito de exploração comercial de bens públicos e outros bens de natureza imaterial, tais como marcas, patentes, bancos de dados;
- VII - outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;

VIII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.

§ 1º A remuneração do contratado será variável, vinculada ao seu desempenho na execução do contrato, e se dará a partir do momento em que o serviço, obra ou empreendimento contratado estiver disponível para utilização.

§ 2º Desde que haja previsão expressa no contrato de parceria público-privada, o estado poderá efetuar o pagamento das parcelas devidas ao contratado, apuradas nos termos do parágrafo 1º deste artigo, diretamente em favor da instituição que financiar o objeto do contrato.

§ 3º O pagamento a que se refere o parágrafo 2º deste artigo se dará nas mesmas condições pactuadas com o parceiro, limitado, em qualquer caso, ao montante apurado e liquidado em favor deste.

Art. 16. Os créditos dos contratados poderão ser protegidos por meio de:

Instituição ou utilização de fundos especiais previsto em lei; a contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público; a garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público e as garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade.

Art. 17. O contrato e o edital de licitação poderão prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo do estado, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas na legislação federal aplicável, que:

I - o débito será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual;

II - o atraso superior a 90 (noventa) dias, conferirá ao contratado a faculdade de suspensão das atividades ou da prestação dos serviços públicos que não sejam essenciais, sem prejuízo do direito à rescisão contratual.

Disposições Finais

Art. 19. Fica criado o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGPPP - vinculado à Governadoria do Estado.

§ 1º Caberá ao CGPPP elaborar o Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas e aprovar os editais, os contratos, seus aditamentos e prorrogações.

Sala das Sessões, em 13.12.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A infra-estrutura existente no Brasil, assim como em diversos outros países de economia emergente, é geralmente caracterizada pela ineficiência e pela quali-

dade inferior dos serviços em comparação a serviços semelhantes prestados por entidades do setor privado.

Além disso, o setor público notadamente possui restrições orçamentárias, cujos efeitos incluem a desistência de projetos e postergação de investimentos de grande importância para a sociedade. Esse contexto acaba por limitar o desenvolvimento sócio-econômico do país, visto que reduz ou mesmo inibe a criação de vantagens competitivas nos mais diversos setores da economia.

Dessa forma, nota-se a necessidade de adoção de novas formas de contratação e prestação de serviços que permitam inovações e soluções alternativas a tal problema. Dentro desse contexto, surge a Parceria Público-Privada como um instrumento que reconhece as habilidades e capacitações, tanto do setor privado quanto do setor público, com intuito de se obter parcerias que gerem as maiores sinergias possíveis entre as partes. No Brasil, o tema é recente, tendo em vista a data de aprovação da lei federal. No entanto, percebe-se um elevado interesse, tanto por parte do setor público como por parte de entidades do setor privado, de utilizar esse instrumento em prol da melhoria da infra-estrutura do país.

Em breve, as PPPs estarão atendendo às expectativas da sociedade e representando inovações e a melhor forma de estruturação para os projetos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Inicialmente gostaria de cumprimentar aqui o Senador Álvaro Dias, o único paranaense a votar na questão da CPMF em Brasília, destacar aqui esta postura do nosso Senador Álvaro Dias que teve a coragem de assumir uma posição e foi até o final com ela. Quero deixar este registro aqui, porque a postura do Senador Álvaro Dias fica registrada neste momento tão importante da história do nosso país.

Ainda sobre a CPI dos Cartórios estou fazendo um levantamento agora para saber quais os meios de comunicação que têm “o rabo preso” com o Tribunal de Justiça. Estou fazendo o levantamento no Tribunal para levantar, meio a meio, quem está com “o rabo preso” e não quer noticiar. Espero, logo em seguida, Deputada Beti, trazer aqui o que cada veículo está respondendo e que interesse tem de cada veículo aqui no Tribunal de Justiça.

Já estou recebendo mais e-mails, tem muita gente interessada em passar a limpo as indicações dos cartórios do Paraná, e já começo a ficar surpreso porque começam a chegar documentos de outro lado do Tribunal de Justiça. Começam a chegar documentos do tipo: “O fulano

ganhou tanto para proferir tal situação.” Começam a chegar documentos, inclusive documentos graves! Agora entendo porque a Casa não quer CPI, eu quero, alguns não querem que a CPI aconteça. Agora entendi porque o Deputado Romanelli fez andar as suas CPIs aqui. Esse negócio do Judiciário é uma bomba-relógio. Sabemos como começa, mas não sabemos como termina. E como tem gente com “o rabo preso” com o Poder Judiciário, meu Deus do céu! Por isso que alguns estão defendendo o Tribunal de Justiça e os cartórios com unhas e dentes!

Vou continuar a minha luta, se a CPI não vingar, se alguém retirar a assinatura ou a CPI não andar, vou apresentar o relatório da CPI sim, aqui ou fora daqui, vou apresentar! Muitos documentos estão chegando e quero aproveitar para deixar aqui o meu e-mail para contatos, é bom e alguns dados importantes estão vindo através do e-mail: jocelitocanto@hotmail.com. Na semana que vem vou lançar aqui o disque-denúncia dos cartórios, só para receber denúncias dos cartórios e neste momento estou lançando aqui o jocelitocanto@hotmail.com para receber os documentos, e muitos estão chegando.

E o pior não é isso, chegou um documento mostrando um cidadão pegando uma grana daqui e levando para outro dali. Horrível, horrível! Por isso tem muita gente com medo, tem muita gente com medo, até a imprensa está com medo! Esse negócio do Poder Judiciário, sabemos como começa, mas ninguém sabe como termina!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem a noite encerramos os trabalhos por volta de meia-noite e hoje de manhã continuamos com os nossos trabalhos. Ontem à noite, quando encaminhamos o projeto que visava diminuir a alíquota, o desconto do IPVA, fazíamos um paralelo do que estava acontecendo aqui na Assembléia e também o que estava acontecendo no Senado da República. Dizíamos que estávamos tentando convencer alguns Deputados a mais no estado do Paraná, para que pudessemos derrubar o projeto que diminui o desconto para quem paga o IPVA à vista.

Infelizmente não conseguimos a maioria e a Bancada do Governo foi mais forte. O regime democrático ensina isso, aceita-se a vontade da maioria independente se a diferença é por 1 voto, 5 votos. Mas, o que vale é a decisão da maioria, isso nos ensina o regime democrático. E o homem democrático tem que se sujeitar à deliberação da maioria. Mas, felizmente, no Senado obtivemos uma vitória fantástica. A CPMF que foi criada

em 1995, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, para resolver o problema da saúde. A CPMF que era de 0,20, chegou a ser aumentada, a chegar a quase 0,40. Mas, a finalidade da CPMF também se desvirtuou.

É importante que lembremos algumas passagens, de quando o nosso partido, os Democratas, e quando o PSDB, que são as duas maiores bancadas e formam juntas 27 Senadores, começaram a assumir a posição de contra a prorrogação da CPMF. Vamos lembrar o que o Presidente da República, Luiz Inácio falava, que a CPMF, nenhum Governo pode abrir mão dessa receita, porque ela serve para a saúde, para o Bolsa-família, para diversos programas sociais e que o Governo não poderia abrir mão dessa receita. Aliás, ele até foi muito arrogante. Se ele fosse mais diplomático, se ele procurasse o entendimento e a negociação, se ele tivesse aceito as sugestões dos Democratas e do próprio PSDB, no início, quando começou a se discutir a prorrogação da CPMF, talvez tivesse sido aprovada se tivesse sido reduzida a alíquota. Mas o Presidente não quis negociar e começou a ameaçar dizendo que se a CPMF não for aprovada vamos aumentar o IOF, se não for aprovada vamos criar novos impostos, se não for aprovada vamos acabar com o Bolsa-família, se não for aprovado vamos fazer isso.

Ora, obrigar, chantagear o Senado, quer dizer, é o fim, é o caos. E isso os próprios Ministros do Governo Federal reconheceram ontem e hoje de manhã já se mostraram. Quer dizer, o Governo tem que começar a respeitar mais o Senado e o Congresso Nacional. Isso também se aplica aqui na Assembléia Legislativa. Não é fazer oposição pelo bel prazer de fazer oposição. A sociedade brasileira está cansada de pagar encargos e tributos. O que aconteceu ontem a noite? No apagar das luzes, o Presidente sentindo que iria perder a votação, ele que há 30, 60 dias atrás falava que não podia abrir mão porque isso eram recursos para a área social. Vejam a incoerência do Sr. Presidente, ele disse que a CPMF era para atender os programas sociais. Ele, sentindo a derrota, ontem a noite, ele mandou um ofício assinado pelo Presidente da República dizendo que a CPMF, 100% iria para a saúde. Ora, 100% da CPMF ou sem CPMF o Governo tem obrigação conforme a emenda constitucional, a PEC aprovada, 29, deslocar os recursos necessários de acordo com a receita tributária do Governo Federal na área de saúde. Aí, ele brincou mais uma vez numa infelicidade tão grande de só no apagar das luzes querer mandar essa carta para o Senado. E ele se contradisse assim mesmo.

Mas, quero fazer registro para primeiro agradecer, porque aqui na Assembléia o Deputado Anibelli foi subscritor e todos os Deputados subscreveram um requerimento seu mandando para todos os Parlamentares do estado do Paraná e para todos os Senadores pedindo voto contrário à prorrogação da CPMF. Foi um requerimento aprovado aqui na Assembléia Legislativa. E vimos ontem a noite que o Senador Álvaro Dias votou contra a prorrogação da CPMF.

Uso o horário da liderança do meu partido.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

O nosso partido são 14 Senadores, 10% dos Democratas votaram contra a prorrogação. Aliás, foi o nosso partido que, coordenado pelo Deputado Federal Paulo Bonhausen, de Santa Catarina, que coordenou aquela campanha “Xô CPMF”. Os 14 Senadores votaram contra a prorrogação. Treze Senadores do PSDB, 100% da Bancada do PSDB, votou contra a prorrogação. Dois Deputados do PR também votaram contra a prorrogação. Três Senadores do PMDB também votaram contra. Um Senador PSOL e um Senador do PTB também votaram contra, perfazendo 45 votos contra a prorrogação e 34 votos a favor da prorrogação. Faltaram 4 votos para que essa prorrogação pudesse ser aprovada. Vale ressaltar ainda que um Senador do PTB que não esteve, porque ele foi no velório do Governador do seu estado. E o Presidente não votou, porque ele só vota em caso de empate.

O Brasil, ontem, acredito que o Senado da República, que estava com a sua imagem totalmente desgastada diante dessa situação Renan Calheiros e outras coisas que envolveram o Senado nos últimos tempos, ele resgatou a sua imagem na madrugada de hoje votando contra a prorrogação da CPMF.

Cedo aparte ao Deputado Reinhold Stephanes.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado Elio Rusch, queria abordar esse tema da CPMF. Primeiro, dizer que independente do mérito do assunto, o Senado mostrou que tem independência e os Senadores votaram naquilo que eles acreditaram, independente das pressões que houveram e que foram muitas.

Pessoalmente acho que a CPMF é o imposto mais justo, mais correto que o Brasil tinha. Só que não poderia ser mais um imposto. Devia ter vindo junto com a reforma tributária, onde a CPMF, que tem uma base maior e proporcional rendimento, seria muito bom, mas eliminando uma série de impostos. Para ela ser mais um eu sou contra.

Por isso, se fosse Senador, teria votado contra esse imposto. Mas, de qualquer forma acho que o Governo hoje tem condições, com o superávit que há de recompor, e fazer um trabalho de austeridade para enxugar a máquina. E houve praticamente um superávit igual à arrecadação da CPMF. Mas, quero me solidarizar com o Senado que votou de uma maneira independente, mesmo com a pressão toda.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Gosto de ver V. Exa. na tribuna, é um bom argumentador. É um Deputado polêmico, enfrenta de forma absolutamente franca os temas. Gosto de gente assim como V. Exa., mas quero dizer a V. Exa. que quero divergir profundamente. Quero dizer que os Democratas cometeram um grande erro junto com o PSDB de terem rejeitado a prorrogação da CPMF. É verdade que a CPMF

foi criada pelo PSDB. É verdade que os Democratas sempre apoiaram a CPMF, mas, quando saíram do Governo ficaram contra esse imposto.

É um imposto que sabemos, é um imposto mais justo porque de fato pega os mais poderosos. Mas reconhecemos que a elite está articulada nesse país aqui. E a conta quem vai pagar não sabemos!

Não dá para sacar 40 bilhões do caixa e deixar de existir a partir do dia 1º de janeiro. Vai faltar dinheiro. Ainda mais dinheiro vai faltar na área da saúde com certeza absoluta.

O Presidente da República manda uma carta dizendo que 100% do dinheiro: “Vou aplicar na área da saúde”. Imagine como seria importante R\$ 40 bilhões para a área da saúde. Não! Os corações duros, insensíveis dos neoliberais disseram o seguinte: “Nós não queremos que o Governo do Presidente Lula e que o Brasil tenham de fato uma saúde melhor”.

Quero dizer a V. Exa. que vai ser muito grave, e V. Exa. sabe o que é que o Governo vai ter que fazer agora por decreto. Vai ter que aumentar o IPI, o IR, vai ter que estar trabalhando com uma série de outras questões que estavam desonerando a produção para poder, de fato, poder fazer com que a elite desse país aqui pudesse ficar feliz com a extinção da CPMF.

O Brasil como nação perdeu muito ontem, porque nós efetivamente não vamos ter 40 bilhões para investir em setor essencial a partir do ano que vem. Mas, o pior do que tudo é ver que mais uma vez a elite conseguiu ontem ter uma vitória no Senado da República e essa elite deve estar feliz e comemorando com champanhe Veuve Clicquot e com bons vinhos importados da França, pela vitória.

Quem paga a CPMF são os brancos neste país.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Romanelli, não queira o Líder do Governo vir querer nos enganar. Isso dá para falar para quem não entende da legislação. Ora! A PEC 29, aprovada, destina os recursos para a área da saúde, independente da CPMF ou não. Se a CPMF tivesse sido aprovada eles iriam pegar os 40 bilhões para cobrir, exatamente, o que determina a PEC 29. Agora, eles não podem pegar os 40 bilhões da CPMF.

E dizer, Srs. Deputados, que a elite rejeitou a CPMF! Deputado Romanelli, o que é um orçamento do Poder Público? Vamos lembrar, mais uma vez, porque não posso aceitar a argumentação do Líder do Governo! No orçamento público você estima a receita e fixa a despesa, Romanelli. Para este ano o Governo Federal estimou uma receita e fixou uma despesa. E sobre a estimativa haverá um superávit de R\$ 60 bilhões. R\$ 60 bilhões é o superávit deste ano! Tira os 38 bilhões da CPMF, tira tudo, 100%. Ainda vão obrar R\$ 22 bilhões, para o Governo aplicar.

Então, não venham com esta conversa mole, porque a CPMF faz falta, ela não faz! Porque a receita do

Governo Federal superou em 60 bilhões daquilo que estava previsto. E não venham dizer, também, pelo amor de Deus, Deputado Romanelli, pode dizer para quem não entende de legislação, mas não para nós! Porque vai faltar dinheiro na saúde. Não vai faltar! Porque o Governo é obrigado a colocar. Acaba com os apadrinhados do Governo Federal. Acaba com os milhares de cargos que o PT criou, em Brasília. Acaba com os Ministérios que criaram lá em Brasília. E administre com os recursos.

Ora! O povo brasileiro está cansado de pagar impostos e ser sobretaxado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e há uma coincidência, sempre de números: 40 ladrões, 40 bilhões. E o melhor seria cuidar dos aloprados. Os aloprados do Lula. Quem chamou de aloprados foi o Lula. Cuidar dos aloprados. De repente ele dá uma “cuidadinha” na Secretaria de Saúde aqui do Paraná, mandar fiscalizar o dinheiro que o Governo Federal manda para cá, porque ali nunca tem remédio. Falta remédio especial, de uso contínuo, todo dia. Está aí esta guerra. Porque os aloprados estão por aí, e todos sabem o que está acontecendo no Brasil. É só diminuir a ansiedade, a gula dos aloprados, que não vai ter nenhum problema, o Brasil continua o mesmo. E digo, ainda: vai dar bons resultados na economia, porque é mais dinheiro nas mãos do trabalhador, nas mãos da população, para comprar o que eles precisam e necessitam.

O que aconteceu aqui no Paraná, queriam dar aquele tarifaço em nós, mas em nenhum momento eles vieram dizer: “Olha, nós vamos diminuir um pouquinho daqueles mil e tantos cargos em comissão que criamos nos últimos 4 anos”. Porque tinha que acertar um compadre aqui, um compadre ali, aquele que perdeu a eleição, lá, aquele acordo.

Vamos fazer um desafio para mostrar que está faltando capacidade de administração no estado, ou no Brasil mesmo. Vamos fazer uma pergunta ao eminente Líder do Governo, que é um homem altamente culto e competente, se ele citar aqui o nome de todas as Secretarias que o Governo tem, agora, em 2 minutos, e seus devidos Secretários, já dá para dar um prêmio, porque nem ele sabe porque são criadas Secretarias que nem cadeira têm. Se você for pedir onde determinado Secretário está trabalhando, agora, onde está localizada a Secretaria para assuntos não sei do que... Bom, tem Secretário para a reforma do prédio do Palácio Iguaçu. Onde está esse Secretário? Onde se viu isso na história brasileira?

Hoje acontece no Brasil uma coisa inédita. Lembro-me, quando jovem, que quando vinha ao Paraná um Ministro, era um fato marcante e era recebido como Ministro. De repente, hoje, você está andando na rua e encontra um Ministro e você nem sabia que existia aquele Ministro. E por quê? Porque, diga-se de passagem que péssimo exemplo do PMDB nacional, porque tem uma parte do PMDB nacional que está junto com aquela parte

do PT que o Lula considera de aloprados. É uma loucura! Eles falam em troca de favores como se aquilo fosse uma propriedade deles. É assim: você me dá a diretoria da PETROBRAS, a diretoria do Banco do Brasil, aí o Romero Jucá quer uma diretoria da Caixa Econômica para sua mulher. Perderam a vergonha! Podem ter certeza, esse ajuste financeiro que terão que fazer na marra vai fazer bem ao Governo Lula, vai fazer bem à nação e vai fazer bem aos brasileiros. É só cuidar dos aloprados.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Nobre Deputado, escuto o seu posicionamento e os apartes. Lembra-se de um quadro que tinha na Rede Globo que dizia assim: “Enrolando Lero”. Aqui nesta Casa vejo posições do Governo que estão “Enrolando Lero”, tentando tapear a opinião pública, primeiro chamado determinados representantes nesta Casa como elite. Pergunto: o que é elite?

Elite, na minha avaliação, é o melhor. Seja o melhor atleta, o melhor advogado, o melhor professor, o melhor construtor de casas, isso é uma elite, o melhor escritor, o melhor pintor é uma elite dos pintores. Isso é elite. Agora vêm com essa de elite, tentando carimbar, mas no dia de ontem a elite que o “Enrolando Lero” tenta carimbar nesta Casa votou com o povo e o “Enrolando Lero”, que diz defender o povo, votou contra o povo no aumento dos impostos, não deixando a motocicleta até 125 cc ser isenta e não deixando o carro até 1.000 cc ter uma redução na alíquota que será cobrada. Então, é uma mentirada sem fim. É uma conversa para tapear a população.

E com relação à CPMF, temos ouvido aqui no plenário, temos lido nos grandes meios de comunicação que a economia vem crescendo, a macroeconomia do Brasil vai muito bem, o mercado internacional vai bem e o Brasil está aumentando a arrecadação. Está na hora de dividir! É assim que funciona! E qual é a forma de dividir? Diminuindo impostos. todos vão pagar menos, seja o grande ou o pequeno, pois um aposentado que vai deixar de recolher a CPMF pode comprar o remédio que ele precisa no final do mês, pode se deslocar comprando um vale-transporte, podendo se locomover caso não tenha direito por causa da idade.

Enfim, Deputado Elio Rusch, é assim que se faz e está na hora de diminuir os impostos. Chega! Os Governos metem a mão no bolso do contribuinte. Não é possível que em um momento importante que vive o mundo, a economia mundial e o Brasil juntos, tenhamos mais impostos, aquela voracidade de meter a mão no bolso do contribuinte. Chega! Esse imposto foi criado para a saúde, desviaram da saúde para outras áreas e infelizmente o que estamos vendo é papo em cima de papo e os partidos que votaram ontem defenderam a população brasileira, desde o pequeno até o grande. Era isso!

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, só quero uma informação de V. Exa., porque o Deputado Elio Rusch usou 5 minutos do Pequeno Expediente, usou mais 10 minutos e concluiu mais 10 minutos. Gostaria de saber qual horário ele está utilizando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ele está usando o Grande Expediente.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Obrigado!

Passa a usar o horário do Grande Expediente

O SR. ELIO RUSCH

V. Exa. estava preocupado com seu partido diante dessa atitude que ele tomou ontem, lá em Brasília, no Senado da República. Entendo perfeitamente V. Exa. Professor Luizão, tem que defender, o pessoal do PT está meio perdido hoje mesmo.

Concedo um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Deputado Elio Rusch, ontem, depois de ficarem aqui 38 resistentes Deputados até mais de 23h00, e depois de me deslocar para a minha casa, cheguei e tive a oportunidade de acompanhar a votação da CPMF na TV Senado. E cheguei exatamente quando fazia uso da palavra o Líder do PSDB evocando o pronunciamento que o Deputado Pedro Simon havia tomado com relação de ponderar a possibilidade de se postergar a votação em cima de uma mensagem do Presidente Lula naquele momento.

Na segunda-feira, aqui nesta Casa, eu conversava com a Deputada Cida Borghetti e pensava que a questão da CPMF deveria, desde o início, a proposta de que os recursos deveriam ser mantidos como a proposta original do ex-Ministro da Saúde, o Jatene, que era o investimento todo na saúde. Lembro perfeitamente quando isso foi proposto e lembro perfeitamente da resistência do PT na época, eu já votava no Presidente Lula, tinha uma ligação muito próxima com os petistas e não entendia a resistência, sabendo que tínhamos muitas dificuldades no setor de saúde.

Pois bem, depois acompanhamos o desvirtuamento, a questão dos recursos serem entregues em outros setores, e continuamos com a crise na saúde.

A nossa preocupação, Deputado Rusch, agora, é se isso não vai servir de bode expiatório para que todos os agravos da saúde sejam justificados, e que os 34 Senadores que votaram contra a CPMF terão essa pecha de que toda e qualquer crise da saúde seria de responsabilidade deles.

Então, mais do que achar o juízo de valor para um lado, ou para outro, nós, aqui, enquanto Parlamentares, devemos nos preocupar e cuidar, mais do que nunca, do setor de saúde, cuidar que a regulamentação da Emenda 29 se dê de fato, cuidar que aqui no Paraná o orçamento destinado à saúde seja gerenciado de forma exemplar e torcer por um grande trabalho do nosso Secretário, Gilberto Martin, que ele tenha muito sucesso e muito êxito, porque podem ter certeza, vamos ter grande fragilidade no setor. Essa é a nossa maior preocupação. E sendo de Oposição, sendo da Situação, sendo da Bancada Independente, hoje temos que nos unir e fazer com que esse setor prospere, porque essa questão não é uma brincadeira, é uma questão de vida ou morte.

Então, é nesse sentido que eu queria registrar a minha fala.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço a Deputada Rosane, a senhora como Deputada de primeiro mandato realmente tem demonstrado o seu conhecimento que tem na área da saúde através das suas ações nas comissões permanentes na Assembléia Legislativa, e a senhora entende tão bem quanto nós, ou até melhor ainda do que nós, que o Governo Federal vai querer tentar inverter aquilo que efetivamente está acontecendo com o orçamento da união, vai querer dizer que não vai ter recursos na área de saúde porque o Senado não aprovou a prorrogação. Isso é uma mentira, tem que ficar claro, isso não é verdade, porque assim como os municípios têm que aplicar 15% na área da saúde, o estado tem que aplicar 12% e o Governo Federal tem que aplicar o percentual com base no ano de 2001 e 2002, e isso vem aumentando gradativamente, e nunca pode ser menos, e não pode ser aplicado, alguns investimentos que são feitos no saneamento e outros, não pode ser computado para a área de saúde.

Então, esses recursos são obrigatórios a fazer parte da saúde. Então, independente, como disse, a CPMF ou não a CPMF, quer dizer, não tem como o Governo querer enganar, aliás, o Governo sempre disse o seguinte: ele não sabe de nada, o Luiz Inácio não sabe de nada; e quando ele sabe e diz o seguinte: “Nunca na história do Brasil se viu...”, e eu digo: tanta corrupção, tanta mentira e tanta enganação.

Agora, o Senado fez o seu trabalho ontem. Com toda certeza resgatou a imagem do Senado e fez com que a sociedade acreditasse novamente no Senado.

Esperamos que também possamos resgatar a credibilidade mais e mais. Exemplo o que fizemos aqui nesta Casa em relação ao tarifaço do Governo do Estado. O Governo do Estado não foi derrotado pelo voto, mas antes retirou as mensagens, o que foi, sem sombra de dúvida, uma grande vitória do povo do Paraná, mas liderado pela Oposição.

Assim como aconteceu ontem, uma grande vitória da sociedade do Brasil, liderada pela Oposição do Senado.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas)

Quero cumprimentar V. Exa.

Dizer que, ao final da nossa votação ontem, votamos aqui a favor do cidadão paranaense. Cheguei em casa e fiquei assistindo a TV Senado até o final das transmissões.

Confesso que tive uma aula de democracia.

Fiquei impressionado positivamente com a postura dos nossos Senadores, independentemente da posição e do voto de cada um deles, mas pela maneira aguerrida e competente que defendiam as suas posições políticas e ideológicas.

Independente da questão ideológica, venceu a democracia. Eu, ao longo dos últimos anos, venho percebendo uma amnésia política em nosso país, onde as decisões mais relevantes da política nacional não são tomadas pelo Congresso Nacional. As últimas decisões vitais para o Brasil foram tomadas pelo Supremo Tribunal Federal. Isso não é função do Supremo, é do Congresso Nacional, do Senado da República.

Ontem, confesso, fiquei orgulhoso dos Senadores da República, porque parece que começa a se colocar o Brasil nos eixos, independente das consequências, para uns positivas e para outros desastrosas.

Talvez para os governistas, consequências desastrosas. Para os brasileiros, consequências positivas, a partir dessa lição que tem nos dado o STF e que nos deu o Senado da República, e que possamos voltar a acreditar do Senado da República, vamos pensar, definitivamente, em reforma tributária, que é essencial para o povo brasileiro e para o crescimento constante e seguro da nossa nação.

A partir da decisão de ontem o Governo Federal vai ter que pensar em conter gastos, não vai poder só maquiá. Talvez numa emergência de caixa, vão tentar aumentar a alíquota do IRF, do IPI, mas isso só não vai bastar; vai ter que partir para uma reforma tributária. Esse é o grande ganho da nação brasileira.

E começa a cair o discurso fácil, porque os 40 bilhões serão para os programas sociais do Governo, serão para a cesta básica. O próprio Presidente da República disse que não, que é possível investir todo esse recurso da CPMF na saúde pública. Então, acaba esse discurso fácil, de oportunismo que, muitas vezes é desenvolvido para poder criar mais cargos, mais ministérios. E aí, não faz o dever de casa, que é a receita que faz a dona de casa, gasta só aquilo que arrecada. No Brasil e nos Governos ficou muito fácil se gastar mais e aumentar impostos, e quem paga a conta é o povo brasileiro, independentemente se é aqui no Paraná ou em nível nacional.

Quero cumprimentar V. Exa. Quero dizer que, como cidadão brasileiro, estou orgulhoso do Senador da

República, mas não houve uma derrota do Governo Federal, acho que houve o renascimento do Senado da República e da esperança de que não é por meio de um aliciamento individual de Senadores ou de Parlamentares que se governa o país; tem que se ter propostas profundas e o que surge, agora, é a reforma tributária como prioridade absoluta do Governo Federal é a lição positiva. Ninguém quer o déficit público, ninguém quer que o estado deixe de ter superávit primário, mas os Governos só podem gastar aquilo que, efetivamente, arrecadam. Com a reforma tributária, poderemos ter mais justiça fiscal, poderemos ter municípios com mais recursos, poderemos ter estados com mais recursos e o Governo Federal vai ter que se enquadrar.

Tenho certeza que todos os partidos, independentemente de serem do PSDB, ou Democratas, ou PT, ou PTB, ou PDT, vão ter que sentar à mesa para negociar uma saída para que o país possa continuar crescendo e para que os programas sociais possam ser atingidos, mas com enxugamento da máquina pública.

Era esse o meu aparte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, queria pedir desculpas ao Deputado Elio Rusch.

Quero fazer um comunicado a esta Casa. É muito justa a CPI dos Cartórios que estou propondo aqui.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Mas não cabe agora, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou fazendo uma questão de ordem, Presidente.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Estou num pronunciamento, Deputado Jocelito...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só quero comunicar, Sr. Presidente, que o Superior Tribunal de Justiça acaba, neste momento, de anular a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, que me condenava por eu ter um policial...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Sr. tem que ouvir essa verdade! O senhor escute, como cidadão! Respeite o seu companheiro que até aqui foi injustiçado por alguns Desembargadores que precisavam prestar contas neste Paraná! Desembargadores como os que o Deputado Belinati me mostra, aqui, agora!

O Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente, acaba de anular a decisão do TJ do Paraná que me condenava por usar um policial que estava à disposição desta Casa. Acaba de anular a decisão do TJ do Paraná que cometeu uma injustiça comigo! É só isso que queria comunicar a esta Casa, pedindo desculpas ao orador do momento, porque este é um momento de muita tensão, Sr. Presidente, de muita injustiça, mas ainda existem bons Ministros neste país, ainda há justiça quando alguns canalhas não a fazem!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. tem a palavra.

Esta Assembléia toda se irmana com a alegria e o entusiasmo do Deputado Jocelito Canto porque, efetivamente, concordamos com a injustiça. O que não concordamos, evidentemente, é com o roubo e a falta do cumprimento da ética no momento em que o Deputado está falando.

A alegria é de todos nós e o parabenizamos, o que não lhe dá o direito de interromper o brilhante discurso do Deputado Elio Rusch. Portanto, ficam as escusas não só ao Deputado Elio Rusch, mas a todo Plenário e nós aceitamos as desculpas do Jocelito Canto. Fica mais pelo roubo da notícia que, realmente, é muito positiva.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch e está descontado todo esse tempo.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço ao Presidente e quero parabenizar o Deputado Jocelito. Sabemos que, nos últimos dias, V. Exa. estava vivendo momentos de aflição e V. Exa. conseguiu uma decisão para manter o seu mandato. Isso é muito importante até para o Parlamento da Assembléia Legislativa. Parabéns, Deputado Jocelito!

Quero dizer aos Srs. Deputados que o Deputado Durval Amaral fez uma colocação, com muita propriedade, quando ele disse que muitas vezes o Congresso e o Poder Legislativo não fazem sua parte e fazem com que a própria Justiça tenha que, muitas vezes, legislar, quando não é a sua função, que é interpretar a legislação e a lei.

O que aconteceu em março deste ano? O TCE interpretou uma lei, já que o Congresso e o Senado não estavam votando a legislação eleitoral. Havia muitas dúvidas. Depois da decisão do TCE os partidos Democratas, PSDB e PPS procuraram exatamente o seu direito e asseguraram os seus mandatos partidários no Supremo. O Supremo esperou até o último momento, porque a legislação diz que você tem que alterar a legislação 1 ano antes das eleições - seria até o dia 5 de outubro, qualquer alteração que viesse a ser feita. Como o Senado não votou a lei que já havia sido aprovada na Câmara Federal, o Supremo Tribunal Federal confirmou a decisão do TCE e instituiu-se oficialmente a fidelidade partidária, determinando que os TREs dos estados na nossa federação, em um prazo de 60 dias no máximo, após receber qualquer pedido de fidelidade, tivesse que estar concluído o pro-

cesso. Tudo isso, Presidente Nelson Justus, poderia ter sido feito no Congresso Nacional. Ontem, à noite, volto a dizer que o Senado da República prestou um grande serviço para a sociedade brasileira.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Elio Rusch, parabéns pelo seu pronunciamento. Gostaria também de parabenizar o Deputado Jocelito Canto pela vitória na Justiça. A cidade de Ponta Grossa precisa do seu mandato, do seu trabalho como Deputado Estadual. Tenho certeza absoluta que esta é a opinião dos demais Parlamentares da cidade de Ponta Grossa.

O meu aparte é com relação a esse assunto. Primeiro, dizer que o pronunciamento do Deputado Durval Amaral foi brilhante. Ele conseguiu resumir exatamente o que eu também penso a respeito desse assunto. Saiu uma informação, neste momento, dizendo que sempre se dá um jeitinho, Deputado Elio Rusch. Por incrível que possa parecer, assenta a poeira e as coisas começam a funcionar da maneira que alguns determinam.

Estão querendo aumentar as alíquotas do IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, dos tributos que incidem sobre as operações de comércio, importação e exportação. Vem aí um tarifaço. Também o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, um tarifaço federal e aumentar a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Preciso parabenizar a resistência democrática, porque o que os Senadores da Oposição, de resistência, fizeram ontem trabalhando até altas horas, assim como fizemos aqui, assim como os Deputados, Parlamentares, não concordavam com aquele substitutivo geral de ontem e apoiavam as emendas, ficaram até às 23h, 23h30, batalhando, subindo à tribuna, fazendo os seus pronunciamentos contundentes a respeito do que acreditam não ser um bom projeto para os cidadãos brasileiros, paranaenses.

Quero parabenizar o Senador Álvaro Dias pelo seu posicionamento firme.

Parabéns pela vitória.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Concluo, Sr. Presidente.

Agradecer a todos os Parlamentares que solicitaram aparte. Com toda a certeza esses apartes enriqueceram o nosso pronunciamento.

Se o Presidente Luiz Inácio tivesse sido mais acessível, quando se começou a negociar ainda no início do ano passado, logo após a sua reeleição, se ele tivesse ouvido um pouco os Parlamentares, os Senadores da Oposição, talvez tivesse sido prorrogada a CPMF, porque havia boas propostas. A CPMF é uma contribuição financeira que 100% fica na mão do Governo Federal. Se ele tivesse transformado a CPMF num imposto e fizesse com que os estados e os municípios também tivessem a parti-

cipação, Deputado Durval, Deputado Valdir Rossoni, talvez a CPMF poderia ter um outro caminho e talvez até a sua aprovação. Mas, quem tudo quer, tudo perde. Não dá para sentar em duas cadeiras. Só dá para sentar numa.

Acho que foi uma grande derrota para o Presidente da República, para ele entender que tem que começar a negociar e não venham com essa desculpa que a CPMF é necessária para a saúde. Saúde, o dinheiro está garantido pela Constituição. Não venham com essa balela que não cola. E nós, Deputado Valdir Rossoni, não vamos permitir. Qualquer Deputado que levantar aqui que vai faltar dinheiro para a saúde, é mentira. Será contrariado no ato.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra Deputada Luciana Rafagnin.

O SR. PEDRO IVO (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de justificar a ausência do nosso companheiro Péricles de Mello que está na Conferência Estadual de Educação Básica, ao qual a Comissão de Educação é parceira nesse evento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Gostaria de fazer um comentário sobre a questão da CPMF, mas o Deputado Elton Welter, o nosso Líder da bancada, com certeza falará com mais propriedade. Só queria dizer ao Deputado que muitas vezes não consigo entender, porque já vi V. Exas., Deputados que compõem a mesma bancada, defendendo muito a questão da CPMF quando era o Governo Fernando Henrique. Agora, no Governo Lula, são contra. Então, é uma questão que não dá para ter uma compreensão sobre isso.

E me preocupo, sim, com a saúde do país. Mas acho que o Governo Lula vai ter que rever toda a questão orçamentária e acredito que esse vai ser o primeiro ato do Governo Lula. Vai ter que rever o orçamento para o próximo ano para depois colocar o orçamento em votação, tendo em vista que não vai poder contar com esses 40 bilhões. Lamento que isso aconteceu, até porque, Deputado Elio Rusch, acho que a CPMF é um imposto que é cobrado conforme o dinheiro que cada um tem, conforme o financeiro de cada um. Se você tem pouco, você não vai dar um cheque grande, vai contribuir com pouco, e é uma forma de não ter sonegação - V. Exa. sabe bem que existe muita sonegação no nosso país - uma forma de o recurso ser bem investido na questão da saúde, dos programas sociais.

Sr. Presidente, gostaria de justificar a minha ausência no dia de ontem, na Sessão, porque estávamos em

Brasília. Quero fazer esta justificativa até para não criar indisposição com colegas que representam a região de Foz do Iguaçu, porque eu não estava no ato solene ontem em Brasília por causa da UNILA, a universidade que vai ser instalada em Foz do Iguaçu. Embora fique muito feliz com isso. A UNILA vai trabalhar com cursos de graduação, mestrado e doutorado. Será sempre assegurada a questão de 5 mil vagas para os brasileiros e 5 mil para alunos de outros países. Tenho certeza que essa é uma grande ação do Governo Lula em criar mais uma universidade federal.

Mas, o que me levou a estar em Brasília ontem foi acompanhar todas as ações do desenvolvimento da educação de uma universidade federal da fronteira sul. Essa universidade estamos discutindo há mais de 2 anos. Com o oeste de Santa Catarina, com o norte do Rio Grande do Sul e com o sudoeste do Paraná. E essa é uma universidade que o debate dela está acontecendo não só pelo setor político, mas também pelas organizações, pelos movimentos populares. E o Governo Lula, ou seja, o Ministro Fernando Haddad, ontem, anunciou também então a implantação dessa Universidade Federal Fronteira Sul.

Ela vai, pelo menos até agora o entendimento, é que ela seja implantada, que a sua sede seja no município de Chapecó, a sede oficial, e um *campus* vem para o sudoeste do Paraná e um *campus* vai para o norte do Rio Grande do Sul.

Esse é o objetivo da universidade, chamada pelo Ministro, Fronteira Sul, chamada por nós que estamos trabalhando nesse processo há 2 anos, de Universidade da Mesorregião. Esperamos, e pelo menos por enquanto, também está sendo debatida a questão que ela terá inicialmente 14 cursos, sendo 6 que vão ficar na sede, 4 cursos no *campus* que vem para o Paraná, e 4 cursos que vão para o Rio Grande do Sul.

É importante essa notícia porque o Paraná não só conta então com mais uma universidade federal, a UNILA, lá em Foz do Iguaçu, mas também vamos contar com mais uma universidade federal, então, que vem para fronteira sul, que vem para o Paraná, que vem, contemplar a região sudoeste do Paraná.

Então, isto estou falando até para justificar também a minha ausência na Sessão de ontem, porque participamos desse evento, um evento muito importante, e eu acredito, Sr. Presidente, que todo o Paraná ganha com isto e foi, pelo menos enquanto participamos do evento de ontem, percebemos quantas ações importantes na educação estão sendo e vão ser efetuadas no próximo ano pelo Presidente Lula, pelo Governo Federal. Sabemos que o Paraná vai ganhar muito com isto e temos agora esse grupo que já vem discutindo a questão da Universidade Fronteira Sul, a Universidade da Mesorregião, tem um prazo de 90 dias para elaborar o projeto, para chegar este projeto até o Ministro, para que o Ministro possa, e o Presidente Lula possa encaminhar então ao Congresso.

Mas é muito importante que nós Parlamentares possamos realmente não só nos pronunciarmos sobre

isto, mas também podermos participar das ações, dos eventos que vêm acontecendo para reforçar ainda mais, porque teremos então, sim, não ao invés de uma universidade federal, mais uma, mas sim, na verdade, mais duas universidades federais que vêm para o Paraná.

E eu queria aqui falar também de outras ações que foram colocadas ontem pelo Ministro na questão da educação, mas deixo isto para segunda-feira, quando teremos um tempo maior e poderei aqui detalhar os programas importantes que foram anunciados ontem pelo Ministro Fernando, no Plano de Desenvolvimento da Educação.

Agradeço o espaço, Sr. Presidente, agradeço a atenção dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Professor Luizão com a palavra.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Bom-dia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Às vezes fico imaginando que estamos lá em Brasília, porque são tantas as discussões aqui sobre a CPMF que acho que deveríamos nos dedicar mais aos assuntos do Paraná, porém o assunto envolve, claro, todo o povo brasileiro e temos que ter cada um a sua posição.

Acho que com a derrota do Governo, ontem, evidente que o Governo terá que fazer ajustes para poder cumprir o orçamento e, claro, manter a saúde funcionando, embora o prejuízo maior com a derrota da CPMF, acredito que será mesmo na área da saúde.

Mas aqueles que votaram contra a CPMF acusaram o Governo de que o Governo, quando era Oposição, também era contra - mas daí então ficamos em empate, porque não foi este Governo que instituiu a CPMF e não foi este Governo que desvirtuou os princípios pelos quais foi aprovada a CPMF. O Governo assumiu e continuou utilizando a CPMF da forma que vinha sendo utilizada, aliás até acredito que utilizando melhor. E também não foi este Governo que aumentou os impostos de 25 para 35% do PIB e que tornou a CPMF, que era provisória, praticamente um imposto definitivo. Não foi este Governo que fez isso. Acredito que o objetivo de derrotar a CPMF é porque o Governo está indo bem, o Governo está arrecadando os mesmos impostos que eram arrecadados no Governo anterior, o Governo continua arrecadando a CPMF, só que as coisas estão diferentes, o Brasil está crescendo, a indústria está produzindo cada vez mais, as exportações, mesmo com o dólar baixo, têm aumentado a cada ano, a balança comercial cada vez mais favorável, o risco país diminuiu de 2 mil e 400 pontos para 200 pontos praticamente. O PAC está distribuindo dinheiro para inúmeros municípios neste país todo, inclusive o Paraná é um dos estados mais beneficiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento, já são mais de

10 bilhões investidos no Paraná, nas diversas obras que estão acontecendo e que ainda vão acontecer até 2010.

Pesquisa recente mostra a popularidade do Governo Lula em alta. É evidente, a Oposição tem que fazer alguma coisa, tem que fazer alguma coisa! De que forma, discutindo a política? Na política econômica está difícil, porque o Governo Lula está indo bem, mesmo que digam que é uma continuidade. Daqui a 20 anos vão dizer que é uma continuidade, daqui a 30 anos vai dizer que começou lá. O importante é que o Brasil está dando certo e isso é bom para a população.

Agora, asfixiar o Governo no corte da arrecadação isso eu acho que é contraditório, porque não foi este Governo que instituiu a CPMF, mesmo sendo o PT contra na época. O que me admira é que no momento que o Governo diz que todo recurso da CPMF, caso ela fosse aprovada, seria utilizado na saúde, a Oposição radicalizou ainda mais. Então, acredito que não era o objetivo melhorar a saúde. Claro, a Oposição faz o seu jogo e o Governo tenta administrar como pode, e vai ter que administrar esse prejuízo como pode. Evidente que vai ter que compensar com algum aumento de arrecadação, porque o orçamento está aí para ser aprovado e os compromissos já assumidos para o próximo ano.

Imagino que agora teríamos a oportunidade de usar todos os recursos da CPMF na saúde. O Governo cedeu ao máximo, mesmo assim a Oposição não aceitou. Por quê? Porque o objetivo é desgastar o Governo, é asfixiar o Governo na arrecadação, é prejudicar o Governo, porque o Governo está dando certo! Este ano a perspectiva é o Brasil subir 5%, então está dando certo, mas a Oposição, é claro, não quer! Tem eleição no ano que vem, tem eleição em 2010, alguma coisa tem que ser feita!

Acredito que o Governo vai superar essa dificuldade e ainda acho que no início do ano vai ter que haver estreitamente do diálogo com a Oposição para o bem do país. Acredito nisso, que a CPMF ainda vai voltar à pauta e espero que a Oposição tenha bom senso e discuta com o Governo o país e não o simples desgaste do Governo que está aí e que representa a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, vou começar fazendo uma referência a um dos oradores desta manhã de quinta-feira em relação aos votos que foram colhidos no Senado Federal. Aqui se derramaram, em elogios ao Senador Álvaro Dias, meu amigo pessoal. O Álvaro é um homem corajoso, ele defendeu os interesses da nação. E pergunto: e o Flávio Arns e o Osmar Dias não são corajosos? Não defenderam os interesses na nação? Vejam como as afirmações muitas

vezes são precárias. Aliás, precaríssimas. Gostaria até que o Deputado Elio Rusch, que faz pronunciamentos vários e variados em relação a muitas e muitas matérias, pudesse me ouvir, porque o Deputado Elio Rusch, lá pelas tantas fala: “Esses 40 bilhões não farão falta, porque está se prevendo um superávit na arrecadação do Governo Federal”. Bom, aí é que vem a nossa argumentação. Deputado Elio Rusch, se você tem recursos que certamente chegarão para cobrir necessidades do Governo, são esses 40 bilhões, logicamente que o excesso de arrecadação que vai se verificar, V. Exa. falou em 60 bilhões, seriam logicamente aplicados em realizações outras do Governo Federal. No momento em que você estanca a chegada de 40 bilhões, você vai ter que bater às portas dos 60 bilhões para realocá-los para cá.

Parece-me que neste momento os sonegadores de impostos estão comemorando e muito, porque a contribuição sobre a movimentação financeira inibe a sonegação, faz com que pelo menos esses contumazes sonegadores fiquem pelo menos de alerta. Bilhões e bilhões são jogados para fora do país, bilhões e bilhões são sonegados. E agora os pais da CPMF mudaram de opinião, a filha era muito feia, é assim que a turma do Fernando Henrique está vendo esta questão, porque as posições... e elas são assim mesmo, tem horas que se precisa mudar para avançar.

Agora, a realidade é a seguinte: temos através da arrecadação recursos generosos que fazem com que haja no Brasil a elevação das condições de vida de milhões de pessoas.

Sr. Presidente, uso o horário da Liderança do PMDB.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Essas questões, se fala 45 Senadores corajosos que interpretaram o sentimento da nação e 34 não souberam interpretar aquilo que ia na alma do povo. Não é verdade. As coisas não são dessa maneira. Na realidade, o que me parece muito claro é que o pessoal do PSDB, do PFL de ontem, Democratas de hoje, desencadearam já nesse momento as batalhas que serão travadas em 2010. Estão morrendo de medo que se faça o 3º mandato do Presidente Lula. O Presidente já falou 500 mil vezes que não aceita esse 3º mandato. Até acredito que depois de um intervalo, de um outro Presidente que possa chegar ao Palácio do Planalto, possa ele vir lá então em 2014, se as leis não forem modificadas mais uma vez, se candidatar mais uma vez a Presidente da República. Mas esse momento ele está reafirmando, praticamente todos os dias, e desautoriza todo mundo que fala nessa questão do 3º mandato.

Mas na verdade, esta questão da CPMF é a seguinte: se a Oposição reclama que não há recursos suficientes para se atender às demandas, principalmente na área da saúde, olha, como se resolve esse problema?

Estancando a chegada desses recursos que são provenientes da CPMF. Parece-me um paradoxo, parece-me uma coisa meio maluca que se faz neste país. Agora, na realidade, o que se procura em última análise se combater todos os dias é que aqueles que não gostam das transformações acham que a CPMF é um mal muito grande. Não é. Todo mundo aqui pelo menos fala o seguinte: é o melhor imposto. Primeiro que não é imposto, é uma contribuição. Aí talvez esteja o problema da questão, porque se fosse imposto, logicamente que se teria um percentual para os municípios, outro percentual para os estados e aí a gritaria seria menor. Mas na realidade todo mundo fala nisso: que a CPMF não é ruim. Agora, ela é tão insignificante para muita gente. Quero dizer o seguinte: hoje, pelo menos 10, 15, 20 pessoas foram consultadas por mim dentro da Assembléia, no meu gabinete, aqui dentro nos corredores. Ninguém sabe praticamente quanto paga de CPMF. Ninguém sabe. Então, se você nem sabe aquilo que você está pagando, é porque você está pagando pouco. Acho que aí é que entra a questão.

O que pensamos deste país, um país de sonegadores curvado ao mercado, só se pensa em consumo, só se pensa naquilo que se consumiu no último mês, essa coisa toda. Não. Precisamos construir uma nação. E governar é ter coragem de praticar atos inclusive muito impopulares, se for o caso. É preciso, é necessário que os governantes tenham coragem de olhar claramente as coisas e determinar o que precisa ser feito, porque você precisa construir uma nação. Você constrói uma nação em cima do quê?

Tenho visto aqui, inclusive nesta Assembléia, todo mundo quer acabar com todos os impostos, querem aumentar os salários, de maneira indevida muitas vezes, de todo mundo. E onde que se consegue o dinheiro para colocar os médicos dentro dos hospitais que estão sendo construídos? Como é que você coloca os funcionários que são necessários nas penitenciárias? Como é que você reajusta os salários do funcionalismo? Todo mundo sabe que essa nação paga mal, inclusive as Forças Armadas. Então só se fala em cortar os impostos que são necessários à administração.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas) (Aparte)

Agradeço, Deputado Waldyr Pugliesi, pelo aparte que V. Exa. me cede. Cada Parlamentar defende o seu ponto de vista. Respeito V. Exa. na defesa que faz em relação a manter a CPMF em nosso país.

Vamos entender uma coisa, Deputado Waldyr Pugliesi. V. Exa. disse que mantendo a CPMF você acaba com a sonegação. Acho que não! Não tendo a CPMF, com toda certeza a movimentação no banco será bem maior. E V. Exa. deve saber que há muita gente que não movimenta a conta no banco para evitar pagar a CPMF. Essa é uma realidade, porque a CPMF ela é bi-tributada muitas vezes, porque o empregado, por exemplo, está registrado numa empresa, a empresa quando faz o pagamento do seu salário, ela paga CPMF. O funcionário

quando recebe o seu pagamento na sua conta, ele também paga CPMF. Agora V. Exa. diz que prejudica o grande. Não! Prejudica a todos a CPMF. O pequeno paga pouco, mas para ele é muito. Se o grande paga bastante, é dentro da proporcionalidade.

Deputado Waldyr Pugliesi, não está se prevendo um excesso de arrecadação este ano. É uma realidade. O excesso de arrecadação está aí. O PSDB, Fernando Henrique Cardoso, o PFL na época com o apoio do PMDB instituíram a CPMF que era provisória, não era imposto permanente, porque na época o Governo não tinha esse excesso de arrecadação que tem hoje. Então, tinha dia e hora para terminar essa contribuição.

O atual Governo não se preparou, pelo contrário, ele inchou a máquina, criou Ministérios e milhares de cargos. E a CPMF, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que foi um grande Prefeito, um grande tribuno, Deputado Federal, Deputado Estadual quero me espelhar sempre em V. Exa., e V. Exa. sabe que o Governo, ao invés de enxugar a máquina, ele aumentou. E hoje a CPMF não pode dizer que vai prejudicar a saúde. Não! A saúde é regulamentada pela Emenda 29, com CPMF ou sem CPMF.

Só deixar bem claro que 60 bilhões que vai ter de excesso de arrecadação tira toda a CPMF, ainda sobra R\$ 22 bilhões. E V. Exa. sabe tão bem ou melhor do que eu, porque V. Exa. já foi Executivo. Eu não fui Prefeito ainda, nem Governador e V. Exa. já foi Prefeito de uma grande cidade, fez uma grande administração e sabe que o senhor estimou uma receita e dessa estimativa o Governo Federal arrecada 60 bilhões a mais. E V. Exa. não usou isso, mas o Governo Federal, com toda certeza, vai querer usar essa balela.

Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. diz que os pobres pagam pouco. Através da CPMF acredito que eles receberiam muito mais do que aquilo que eles têm que pagar de movimentação financeira.

Acho que fica muito claro. Por que é que houve as melhorias e condições de vida, principalmente no nordeste? Porque os recursos provenientes da CPMF vão para o Bolsa Família. As pessoas se aliviam e começam a comprar. Inclusive, V. Exa. fez referência à minha administração, como Prefeito, vocês sabem que lá em Arapongas nós temos, talvez o principal pólo moveleiro deste país. Se os moveleiros de Arapongas estão vendendo, hoje, no nordeste, é proveniente deste conjunto de vendas, das melhorias de condições de vida do povo nordestino. E aí é que entra um Governo que tem uma visão para alocar recursos para estes que mais precisam.

Então, estamos numa discussão que precisa ser aprofundada. Agora, daqui a pouco, talvez iremos ver aqui mesmo, nesta Casa, discursos candentes contra o Governo Federal, porque não se fez isso, nem aquilo. Bom, se você impede que o Governo receba quantias que

movimentarão a vida em todo o país, acho que essas críticas não poderão ser colocadas mais adiante, porque na realidade é isto o que acontece.

Presidente, o Deputado Belinati pede um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Temos uma pauta longa pela frente, mas V. Exa. tem o aparte.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Estamos esperando o grande anúncio do aumento salarial que o Presidente vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Temos que votar hoje, mas desta maneira não vamos conseguir.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Deputado Pugliesi, só para registrar, rapidamente, V. Exa. mencionou que foi Prefeito de Arapongas e eu quero dar um testemunho. V. Exa. foi um dos maiores Prefeitos de toda a história do Paraná, consagrado. E é por isso que o povo de Arapongas está pedindo o Waldyr Pugliesi para Prefeito de novo.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Agradeço a tolerância da presidência em permitir que possamos, como V. Exa. tem feito de maneira permanente, nos aprofundar além daquilo que é o tempo que regimentalmente temos que usar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, convidados presentes.

Utilizo o Pequeno Expediente para esclarecer em relação ao pronunciamento da Deputada Luciana Rafagnin. Quero dizer, Deputada, a V. Exa., que jamais haveria de minha parte algum constrangimento em relação a V. Exa., e esclarecer que o desabafo que fiz, ontem, numa questão de ordem, em meu nome, em nome do Deputado Dobrandino, em nome do Deputado Chico Noroeste, não foi em relação a V. Exa. e nem tampouco a nenhum Parlamentar desta Casa. Foi em relação ao equívoco que possa ter ocorrido na informação que eu tive, porque tomamos conhecimento pela imprensa. E não é a primeira vez. Espero que esteja próximo da última vez que ocorrem estas questões em relação a acontecimentos em Foz do Iguaçu, porque realmente não temos um Deputado Federal em Foz do Iguaçu. Inclusive, tinha um projeto de V. Exa., uma emenda constitucional muito importante e eu perguntei para um Parlamentar do PT:

cadê a Deputada? E falaram que a senhora estava nesta solenidade, da universidade de Foz do Iguaçu. E naquele momento eu fiz o desabafo, não em relação a V. Exa., se foi convidada ou se não foi, não interessa. A senhora tinha mais que ir, porque é um benefício para o Paraná, é mais uma universidade federal.

Agora, acho uma tremenda deselegância, e não é a primeira vez que ocorre, em atos do Governo Federal, que não respeitam os Deputados. Não é só os Deputados da base, como os 3 de Foz do Iguaçu, que o PMDB faz parte, o PR faz parte, o PSD faz parte. É de todos. É o Deputado Elio Rusch, que é de Marechal Cândido Rondon, é o Deputado Duílio Genari que é de Toledo, é o Deputado Elton Welter que é de Toledo, o Deputado Edgar Bueno que é de Cascavel. Acho que se existem autoridades, pelo menos mandem o convite. Não estaríamos lá da mesma maneira, porque tínhamos matérias importantes sendo votadas ontem, sendo um projeto de V. Exa. inclusive.

Então, só para esclarecer que o desabafo que fiz não foi em relação a V. Exa., mas sim em relação a algumas atitudes, porque muitas e muitas vezes temos que justificar e justificamos alguns equívocos, mas tendo consciência do que significa, como significou ontem e quero aqui enaltecer a postura dos Deputados que ficaram aqui e votaram a favor do Governo, porque ser base é isso.

Então, ninguém aqui será criticado pelo voto que deu ontem, mas muitas vezes pela omissão, sim, alguns terão que se justificar com a população. E em relação ao Governo Federal, muitas vezes tenho que justificar e fiz nessa questão de ordem, porque já fui chamado - como também o Deputado Chico Noroeste e o Deputado Dobrandino - muitas vezes em palanques de algumas coisas que não aconteceram lá, coisas do Governo Federal, alguns erros, e temos que estar justificando: aconteceu alguma coisa daqui e dali. E quando há uma notícia boa, mesmo que seja um palanque só para a notícia da universidade, acho que seria interessante os representantes daquela região ficarem sabendo oficialmente e não pela imprensa.

Então, o desabafo não foi em relação a V. Exa., e nem tampouco à Bancada do PT nesta Casa, mas sim contra o ato que se fez para o anúncio de uma universidade em uma região do Paraná em que as autoridades daquela região sequer tinham conhecimento e ficaram sabendo pela imprensa.

Então, só para justificar, Deputada Luciana, e dizer que jamais ficaria constrangido com V. Exa. por ter ido representar. Aliás, se tivesse ido representar Foz do Iguaçu e a região, estaria muito bem representada.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero utilizar o horário do PPS só para deixar aqui o registro, e até vários Deputados já falaram sobre a questão da CPMF, mas quero voltar à tona com esse assunto para deixar bem claro o registro que tínhamos, desde o início, uma posição contrária a essa contribuição que o Governo vinha cobrando e, particularmente, não me interessa quem começou essa cobrança, mas o que me interessa é que quem está no Governo tem que, na minha opinião, gastar cada vez menos, empregar cada vez menos, principalmente parentes, e administrar bem os recursos que a população paga sofridamente através de impostos e contribuições enfim. Se compararmos os serviços que países desenvolvidos oferecem à sua comunidade pela arrecadação dos impostos, são muito superiores e melhores do que os oferecidos no nosso país.

Então, quero deixar esse registro aqui, parabenizando o Senado Federal que teve, sim, a coragem de dizer ao Presidente da República que eles estão lá, sim, representando a população. Já usei desta tribuna para fazer críticas ao Senado Federal também, quando foi na época de absolvição de um dos membros de processos internos que tinha lá, mas hoje faço respeitando o Senado Federal e confesso que já não acreditava e imaginava que o Governo fosse vencer, como acontece em muitos casos e vivo isso aqui na Assembléia, porque também imaginei ontem que fôssemos conseguir aqui na Assembléia Legislativa não deixar que passasse aquele aumento de imposto, porque ontem o que passou aqui foi um aumento de imposto, porque quando você tira o desconto que a população tinha conseguido à duras penas, hoje não teremos mais o desconto de 15% e a partir do ano que vem, quando começar a chegar aquele boleto de pagamento do IPVA, aí sim as pessoas vão perceber o que aconteceu aqui na Assembléia Legislativa, ontem. A princípio hoje, tem sim a repercussão na imprensa, mas ainda não chegou no bolso da população. Agora, no ano que vem, começando o carnaval vai chegar aquele carnê, e lá naquele carnê vai estar claro o voto dos Deputados aqui desta Casa, aqueles que foram a favor, aqueles que foram contra. Respeito muito cada um aqui, mas tenho que deixar o registro de que temos que fazer como o Senado Federal fez, defender a população. Pode criticar, pode falar que vai faltar dinheiro; não vai faltar dinheiro. Agora já tem reunião de Ministros, está acontecendo neste momento, para readequar o orçamento do ano que vem: “Vamos ter que tirar daqui, colocar ali, etc.” Significa o quê? Que se quiser administrar para o país dá para enxugar os gastos.

O que acontece na iniciativa privada? Eu que participei muitos anos trabalhando dentro do SEBRAE, acompanhando a administração de uma pequena empresa, se não tem receita se reduz as despesas, tem que cortar as

despesas, porque se a iniciativa privada não fizer isso a empresa fecha e vai surgir outra empresa no lugar daquela que vai, se o administrador for melhor, conseguir fazer melhor. Agora, na administração pública não tem esse problema, pelo menos não tinha até agora, porque quando aumenta os gastos o que os governantes fazem? Aumentam os impostos. Então, o que os governantes fazem, seja o que for? “Aumentou as despesas, vamos aumentar os impostos”. E com isso o Brasil está hoje tendo uma das maiores cargas tributárias do mundo e oferecendo também os piores serviços do mundo para a sociedade. Então, não interessa se o Governo é do PT, do PSDB, do PPS, do PMDB. De qualquer que seja o partido, tem que ter uma prioridade para população.

O Sr. Luis Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço, Deputado Douglas Fabrício. Apenas para desfazer 2 equívocos, se é que V. Exa. os comete, mas da minha parte talvez mais para me esclarecer com o vosso pronunciamento. O primeiro é que esse desconto de 15%, infelizmente estamos voltando nesse tema, acho que vamos voltar até o próximo IPVA de dezembro de 2008, pelo visto, mas que a população teria conseguido esse desconto à duras penas. Acho que esse desconto foi dado pelo Governo do Estado de 15%, e que o que foi feito aqui nesses dias foi simplesmente reduzir esse desconto para quem paga à vista. O segundo equívoco, me parece, e gostaria que V. Exa., me esclarecesse, é de aparentemente o fato de que o cidadão não tenha mais o desconto de 15%, vai tornar desinteressante que ele pague à vista a taxa do IPVA e vá fazer com que ele parcele isso, ou se quiser guardar o dinheiro, aplicar e parcelar também. Às vezes acontece de o cidadão ter não apenas um carro, mas ele ter dezenas de carros.

Então, é isso que eu gostaria que V. Exa. incorporasse no seu raciocínio e me explicasse. Primeiro é que o desconto foi dado pelo Governo, isso não foi uma conquista popular, infelizmente não foi fruto, eu nunca vi no Paraná nenhuma luta para se reduzir quem pagasse à vista a taxa. O segundo, é o fato de que me parece que o que votamos aqui simplesmente acaba dando ao Governo menos recursos obviamente do que se parece, porque o cidadão não vai pagar à vista, não é mais interessante pagar à vista. Nós quase que forçamos, não era esse o objetivo, mas quase que se forçou aqui, pelo trabalho da Situação, a fazer com que o cidadão pagasse parcelado, o que não é nada ruim nos tempos atuais.

Agradeço pelo aparte. São mais dúvidas do que certezas o que me faz dirigir-me a V. Exa., agradecendo mais uma vez o aparte.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Eu agradeço a V. Exa. a sua manifestação.

Vou dar um exemplo para V. Exa. compreender quando diz que quando retirou o desconto retirou aquilo que não era uma conquista.

Se imaginarmos as pequenas empresas, muitas têm a sua frota de veículos e utilizam para o seu desenvolvimento e na geração de empregos. Se as empresas continuassem a ter esse desconto, ajudaria muito, por exemplo, no pagamento do 13º agora. E elas perderam isso. Tanto perderam que o Governo vai arrecadar mais. Falamos aqui ontem na ordem de R\$ 30 milhões, não porque o número de veículos aumentou, mas por esse desconto que foi retirado.

Não posso concordar com V. Exa. que não foi uma conquista da população. O Governo, quando ganhou a eleição, colocou isso como compromisso, foi uma conquista da população. Agora, o Governo foi lá e retirou.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Deputado Douglas, desculpe-me, não houve em nenhum momento um compromisso do Governador Roberto Requião com relação a isso. Se houvesse eu concordaria com V. Exa. A eleição não foi fruto disso. Havia um desconto e agora foi retirado uma parte dele.

Muito obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Respeito a sua posição, sei que V. Exa. votou a favor do Governo, mas estou defendendo aquilo que disse no início, o interesse da população que era contra.

Conversei com pessoas que tinham carro e que não tinham e elas foram muito claras, falaram que o Governo não está falando de falta de dinheiro. Vem aqui o Secretário da Fazenda e diz que está bem, mas retirando o desconto ele arrecadará mais.

Então, se tivéssemos agido como agiu o Senado Federal, teríamos ajudado a população.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto a Liderança do PP.

(Declina)

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria parabenizar o Senador Flávio Arns, o Senador Osmar Dias e o Senador Pedro Simon com seu brilhante discurso e sua grandeza política.

Não foi o PT que perdeu. Estamos governando o país com os partidos aliados. Comemorar a derrota do Governo e comemorar a derrota do povo brasileiro.

Para quem ouviu o pronunciamento do Pedro Simon, que mostrou a humildade, a grandeza e a importância da visão de nação que um Senador precisa ter.

Fiquei orgulhoso de pertencer à classe política. Por outro lado, faltou sensibilidade da Oposição.

Se o Governo não dialogou o suficiente, mas muito se convenceram que a carta do Presidente foi um grande sinal para o povo brasileiro, onde apontava e dizia, com toda clareza, que todo recurso iria para a saúde.

Respeito a posição da Oposição com muita tranquilidade. Até parece que o país está indo bem, o estado está indo bem. A indústria cresceu, os empregos estão sendo gerados, mas tem muita coisa a ser feita ainda. Se compararmos a capacidade de arrecadação com a capacidade do PIB por habitante que temos, estamos lá atrás, comprando com os países de primeiro mundo.

Parece que não temos problemas nos postos de saúde, nos hospitais. Abri mão de receitas! O estado somos nós. O cidadão brasileiro quer melhor educação, melhor saúde, dias melhores e a responsabilidade política no Senado, apesar de respeitar a posição dos Senadores, não prevaleceu, apesar de toda a recuada do Governo em apontar, voltar ao motivo da criação da CPMF. Então, seria salutar que o Congresso tivesse votado favoravelmente.

Claro que vamos achar alternativas para superar essa falta dos R\$ 40 bilhões. O país está bem. O país tem uma economia estável. Estamos sob controle, mas quando ouvi o pronunciamento do Senador Pedro Simon, eu vi que ali sim estava a essência de quem tinha a percepção nacional da importância de votar a prorrogação. Claro que o Governo vai buscar alternativas, inclusive recebi propostas de dirigentes que me procuraram para ver se consigo levar essa proposta, para chegar aos líderes nacionais do meu partido. Temos que achar uma forma de diminuir, cada vez mais, a pobreza e a miséria deste país. Não vai ser com corte de receita. Se estiver tendo ineficiência de gastos, vamos trabalhar uma reforma administrativa que seja mais eficiente.

Eu estava no FNDE esses dias e falava com um funcionário de 15 anos e ele dizia: “Deputado, aqui se trabalha bastante. Tem projeto que é coisa de doido e tem bastante recurso. Vai faltar projeto para conseguir executar o orçamento por falta de pessoal!” É uma coisa engraçada, Pugliesi, parece que a máquina está inchada, mas está faltando pessoal! Então, se você tira imposto, como é que vai fazer concurso público para contratar pessoal?

O Sr. Pedro Ivo (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elton, gostaria de cumprimentar o Senador Osmar Dias e o Senador Flávio Arns pela coragem de não se omitir neste momento em que o Brasil, realmente, precisa desse recurso. Não é o Lula que precisa desse recurso.

Quem precisa é o Brasil. Não podemos comparar o Brasil com um país desenvolvido. Num país novo há necessidade muito grande de bens, de pavimentações, de escolas, em todas as áreas. Não é um país consolidado como são os países da Europa.

Quando V. Sa. diz que faltam funcionários públicos, queria aqui contestar depoimentos de alguns que colocaram que tem que diminuir despesas, que a máquina está inchada. O país tem 9% da população economicamente ativa que são funcionários públicos, enquanto nos países de primeiro mundo gira em torno de 19 ou até 22%. No Reino Unido, 22% da população economicamente ativa são funcionários públicos, enquanto no Brasil são apenas 9%. Funcionário público é segurança, é educação, é saúde. Então, é preciso que possamos rever esse nosso discurso.

Esse princípio da cobrança do imposto que acaba sendo insignificante para alguns, vi o depoimento de alguém que se dizia fazer parte de uma elite branca deste país e que pagava apenas R\$ 20 por mês de CPMF e não percebia o quanto isso era, mas pagava R\$ 180 de pedágio e isso sim é um absurdo. Então, vai fazer falta ao país. Não é ao Governo Lula, esses impostos são importantes para a saúde, por exemplo o Deputado Cheida sabe disso, uma sessão de quimioterapia custa em torno de R\$ 8 mil. São 9 mil fazendo sessão de hemodiálise, hoje, no Brasil. O sistema de saúde é muito caro em nosso país.

Queria complementar esse seu depoimento e parabenizar a personalidade firme do nosso Senador Flávio Arns e o Osmar Dias por votarem a favor do povo brasileiro.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Eu lhe agradeço o aparte.

Esse mesmo servidor público que me referia, que era funcionário do MEC, falou dos argumentos de V. Exa. Ele disse que no Governo Federal, os brasileiros, os funcionários que estão envolvidos com o Governo Federal são 5%. No Governo Federal dos Estados Unidos são 16% as pessoas que estão ligadas ao Governo Federal.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Qual a sua fonte, por favor, porque ela está errada. Posso te dar a resposta verdadeira.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Está bom. Pode buscar.

Pedro Ivo, é uma falácia de que a máquina que herdamos é uma máquina - quantos concursos foram feitos para estruturarmos para conseguir dar mais celeridade aos programas do Governo Federal! O conserto é lento, sabemos disso.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Elton Welter.

Apenas para complementar, como disse aqui o Deputado Pedro Ivo, acho que ontem tivemos uma situação diferenciada. Infelizmente o que era para ser um debate a respeito da CPMF, passou a ser um debate politizado, obviamente. Um debate sobre a derrota do Governo, a derrota da Oposição. Com isso, perdemos muitos dos pontos racionais que poderiam ser colocados nesse debate, entre eles a possibilidade de termos, de fato, o encaminhamento de uma reforma tributária em nosso país, que é necessária, passamos a fazer um debate muito mais emocional. Tanto é verdade que o Líder da Oposição, Líder do PSDB, colocou o cargo à disposição caso não houvesse unanimidade entre os Senadores do PSDB, coisa que poderia ter acontecido. Acho que o Senador Flávio Arns mostrou, mais uma vez, porquê foi eleito pelo Paraná e principalmente mostrou porquê é um Senador do Partido dos Trabalhadores.

É preciso que lembremos e fez bem o Deputado Pedro Ivo em fazer alusão, que a saúde no Brasil, hoje, aplica a metade do que é aplicado na Argentina. Metade. O Brasil certamente é uma economia muito maior do que a Argentina. Enquanto alguns têm condições de fazer tratamentos caríssimos fora do país, alguns têm condições não em pagar apenas plano de saúde, mas além do plano de saúde, em fazer tratamentos que a maioria absoluta da população sequer tem acesso, estamos com o Sistema Único de Saúde com vários problemas, entre eles um pagamento quase irrisório de valores pagos a consultas médicas.

Acho que quando o Presidente Lula determinou, por volta das 21h que todos os valores arrecadados com a CPMF fossem delegados à saúde, talvez tenha sido tarde demais. Esse processo poderia ter sido feito há 2 meses atrás e talvez tivéssemos hoje um resultado diferente. Que sirva de lição a todos nós, ao Senado, e que possamos fazer esse debate com serenidade no ano que vem, porque me parece, Deputado Elton Welter, apenas para completar, aproveitando a sua generosidade do aparte, que quem mais perde é o país, porque hoje mesmo as agências que dão aos países o grau de investimento que o Brasil estava prestes a receber, investimento great que é o grau que permite que recebamos diversos investimentos externos, a custos muito mais baratos, todos os empresários que buscam recursos no exterior, que receberiam esse dinheiro a juros muito mais baratos, estarão impedidos de receber, porque o país não vai conseguir no próximo ano adquirir esse grau de investimento. Isso será ruim para toda a nossa economia. É hora de olharmos o que vem pela frente e obviamente aprendermos com todo esse processo.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Observando o debate político, vejo que com a TV Assembléia o debate precisa ser efetivamente político, Deputado Rossoni. O debate precisa ser com dados mais apurados e mais profundos. Acredito que

muitas vezes as palavras excessivas terão que ser poupadas. Valerá mais, ao nosso ver, o argumento técnico. Espero que o debate político consiga proporcionar cidadania aos que estarão assistindo a TV Assembléia, porque muitas vezes se faz, com todo o respeito, uma demagogia exagerada com relação àquilo que é o verdadeiro papel de estado. Esperamos que com a TV Assembléia se consiga fazer um debate político, onde se consiga avanços para o nosso estado e a esta Casa cumpra cada vez mais o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição; Liderança do Governo.
(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Duílio Genari, constante do expediente, comunicando a ausência do Deputado Ney Leprevost da presente Sessão, por motivo de estar recebendo uma homenagem na Universidade Federal do Paraná pelo Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, professor Dr. Hamilton Moreira. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 338/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, instituir o programa estadual de desverminação dos estudantes da rede estadual de educação, a ser desenvolvido em ação conjunta das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 389/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, repasse de verba para manutenção básica do Mercado do Produtor - CEASA/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3748, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Luiz Eduardo Cheida, Antonio Belinati, Professor Luizão e Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 681/07, item 12 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Preferência de Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1ª Discussão

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 681/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que isenta os veículos emplacados no município de Guaratuba, da taxa para passagem do ferry-boat de Guaratuba. SEM PARECERES. (Publ. no DA nº 112/07, de 17/09/07, em Projetos de Lei).

Como também há sobre a mesa Requerimento nº 3737, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Alexandre Curi, Mauro Moraes, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, constante de expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação em Comissão Geral de Plenário do referido projeto. **Aprovado.**

Portanto, solicito ao Relator da CCJ, Deputado Reni Pereira, que proceda o seu parecer quanto ao Projeto nº 681/07 do Deputado Anibelli.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, o parecer é favorável, com base no dispositivo constitucional que garante o direito de ir e vir. E tendo em vista que a travessia do ferry-boat dentro do município de Guaratuba, dos dois lados e segundo a proposição do Deputado Anibelli, a maioria dos serviços públicos oferecidos à população de Guaratuba está do lado de cá, nos municípios vizinhos, tanto na área de saúde em Paranaguá, na Santa Casa, universidades e assim por diante.

Então, baseado nesse princípio, o parecer quanto à constitucionalidade é favorável, haja vista que também é uma concessão de serviço público e não se justifica como uma concessão de serviço público do DER cobrado em Guaratuba para transitarem dentro do próprio município.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o parecer da CCJ. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Presidente, só para que fique registrado nos Anais da Casa, nossa colega Cida Borghetti excepcionalmente ontem esteve ausente da Sessão, e quem está convivendo com ela sabe que foi por absoluto problema de saúde. Alguns Parlamentares não compareceram para ficar em cima do muro, para não se queimar nem com o Governo nem com a opinião pública, mas no caso dela foi um problema de saúde, visível, e acho que devemos registrar,

porque é uma grande Parlamentar e merece a nossa admiração.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Deputado Elio Rusch, por gentileza, exarar o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

O projeto do eminente Deputado Antonio Anibelli, acho que no mérito, já que na sua constitucionalidade ele acabou de ser relatado e mereceu a aprovação unânime deste Plenário, já que está transformado em Comissão Geral, nós também entendemos, nada mais justo do que dar o nosso parecer favorável.

É a mesma coisa que tinha no município de Guaíra. Guaíra tinha ponte e lá também os carros emplacados no município de Guaíra estavam isentos do pagamento do pedágio sobre a ponte.

E o projeto do eminente Deputado Anibelli visa também fazer justiça para os moradores de Guaratuba que V. Exa., Sr. Presidente, representa com muita competência e com muita sabedoria aquele grande município.

E já que o ferry-boat está localizado única e exclusivamente no município de Guaratuba, nada mais justo do que o parecer favorável e esperamos que seja aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o parecer da Comissão de Finanças pelo Deputado Elio Rusch. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Agora sim colocamos em votação o item 12 - 1ª discussão do Projeto de Lei nº 681/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 812/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que institui, no estado do Paraná, o Dia da Agricultura Familiar, a ser comemorado anualmente no dia 24 de julho, passando a integrar o calendário oficial do estado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/07, de 19/11/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 034/07, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o ressarci-

mento, das despesas dos Srs. Deputados, mês de novembro de 2007. Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 159/07, de 10/12/07, em 1ª Discussão).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 763/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Fumicultores e Produtores Rurais de Rebouças - ASSDFUR, com sede e foro no município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 820/07, de autoria do Deputado Waldir Pugliesi, que declara de utilidade pública o Grupo Especial de Menores em Ação - GEMA, com sede e foro no município de Colorado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento aéreo no interior do estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CF. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovada a emenda da COPTC.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe que o Secretário de Estado da Fazenda parcelará os pagamentos dos créditos líquidos e certos a que o estado tenha direito, nos termos da presente lei. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3740, de autoria do Deputado Artagão Júnior, com apoio dos Deputados Elio Rusch, Luiz Eduardo Cheida, Caíto Quintana e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 13 de dezembro de 2007, em Comissão Geral de Plenário. **Aprovado.**

Há sobre a mesa uma emenda modificativa de plenário, proposta pelo próprio autor, firmada por diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 272/07

O projeto de Lei nº 272/07, que trata do parcelamento de créditos por parte do Governo do Estado do

Paraná, fica modificado nos seguintes termos:

Art. 1º O estado do Paraná, através de seus diversos órgãos, mediante requerimento fundamentado e nos termos da presente lei, poderá parcelar o pagamento de multas, restituições e demais penalidades impostas pelos diversos órgãos da administração pública, direta ou indireta, bem como das sanções de natureza, não-tributária, incluindo-se, em todos os casos, as verbas acessórias como juros de mora, multas incidentais e honorários de qualquer natureza.

§ 1º O parcelamento para os créditos mencionados no *caput* abrangerá tanto aqueles em fase de execução, quanto os inscritos em dívida ativa, assim como aqueles créditos ainda não inscritos.

§ 2º O prazo para opção pelo parcelamento não poderá ser inferior ao concedido na notificação de inscrição em dívida ativa.

§ 3º Não incidirá honorários advocatícios em créditos que, apesar de inscritos em dívida ativa, não tenham ainda sido executados.

Art. 2º O parcelamento poderá ser concedido em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei em até 30 dias contados da data da sua publicação, estabelecendo os critérios e condições concessivas, valor mínimo da parcela e o procedimento administrativo para o parcelamento dos créditos definidos nesta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoio:

Caíto Quintana, Felipe Lucas, Stephanes Júnior, Pedro Ivo e 1 ilegível.

Deputado Reni Pereira irá exarar o parecer sobre a emenda.

Com a palavra o nobre Relator

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a emenda proposta pelo próprio autor em relação ao Projeto de Lei nº 272, esclarece alguns pontos que haviam ficado não tão explícitos no projeto original.

Passo a ler a emenda em relação a este projeto que prevê o parcelamento - não prevê anistia, nem remissão - ele prevê o parcelamento de créditos por parte do Governo do Estado, modificando os seguintes termos:

(Lê emenda)

No aspecto da constitucionalidade a emenda é legal e atende ao que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não abre mão de nenhum direito do estado, pelo contrário, ela possibilita ao Governo, de acordo com seu entendimento, estipular em quantas parcelas procu-

rá retornar esses recursos aos cofres públicos, aumentando o caixa e evitando com isso inclusive despesas de cobrança com honorários.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o parecer do nobre Relator, Reni Pereira.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Discutir**)

Srs. Presidente, solicitar ao Relator, Deputado Reni Pereira, uma dúvida, porque nesse caso inclui, por exemplo, multas do IAP, todas as multas, da COPEL, da SANEPAR, de todas as Secretarias que possam ter sido aplicadas, obviamente se por ventura houver interesse daquele que sofreu as multas em parcelá-las, que possa haver esse parcelamento.

A minha pergunta, Deputado Reni Pereira, acredito que não poderemos responder isso agora, mas se é possível sabermos qual é o estoque de dívidas que hoje temos no estado ou no Tribunal de Contas que poderia estar sendo beneficiado por esse tipo de lei, caso ela venha ser sancionada pelo Governador, e quais as multas além dessas que eu falei, por exemplo, multa de trânsito, quais as multas que estariam sendo objeto desse projeto? O senhor colocou que não há prejuízo. Acredito que não há prejuízo do estado, até porque anteciparia a possibilidade de negociar as dívidas. A minha preocupação é que se crie uma cultura onde, ao invés de eu pagar, eu leve a minha dívida até próximo a uma execução e entre com o pedido de parcelamento. Ou seja, não estaríamos criando o contrário, embora a intenção não seja essa, seja exatamente o contrário, estaríamos criando a cultura do não pagamento, porque sei que vai haver um parcelamento, sem honorários inclusive.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Tadeu Veneri, na verdade o quanto tem de multa isso pode ser verificado no balanço do final do ano passado, que embora sendo de natureza não tributária ele é um ativo que o estado tem para receber. Agora, facilita e ajuda e o Governo poderá dizer se quer em duas ou três, facilita porque há um aspecto psicológico que quem é devedor sairá ganhando justamente para não ter que pagar honorário para o Procurador. Isso ajuda o estado, porque os Procuradores do estado vão poder executar aquelas dívidas de natureza tributária, que aliás subiram de 7% para 14% bilhões. O montante de passivo que o estado tem praticamente dobrou em 4 anos. Se pudermos nessas dívidas, que não são tão grandes - sei que V. Exa. deve estar pensando que existem valores estratosféricos, não são tão grandes - se tiver esse aspecto do chamamento, se o Governo acatar essa lei, porque ele pode não acatar, mas se ele acatar essa autorização legal que essa lei do Deputado Artagão está concedendo e dizer: "Vai ser em 12 ou 24 meses", e os devedores atenderem esse chamamento, com certeza vai otimizar o serviço da Pro-

curadoria e executar aqueles 14 bilhões que certamente fazem muita falta.

Agora, essas multas de trânsito não poderão ser cobradas se não forem ajuizadas. Tem que estar inscrito em dívida ativa. E multa de trânsito é muito difícil inscrever em dívida ativa, até porque ela vai remontando no documento.

E em relação às do IAP ... por isso que ele falou líquida e certa, aquelas que estão sendo debatidas não serão passíveis de parcelamento, só o que é líquido e certo, aquilo que ou já transitou em julgado ou o contribuinte já perdeu o prazo para recorrer. Ele já está com a dívida constituída, ou ele espera vir uma anistia, que seria neste caso lesivo ao estado, porque a anistia reduziria essa dívida, ou então ele espera a execução que ele vai ter que pagar além da dívida a correção, os juros, também os honorários de sucumbência. Seria bom somente para os Procuradores que recebem também essa parte. O estado vai receber de qualquer maneira, seja através do parcelamento sem os honorários, ou através da execução, mas aí o contribuinte vai ter que pagar além da multa também os honorários dos Procuradores que já recebem os salários.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o parecer do nobre Relator referente a emenda. **Aprovado** o parecer.

Está em votação a emenda de plenário.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Vou instalar mais uma vez. Acho que o Deputado Artagão fez corretamente a intervenção da emenda. Até tenho uma preocupação, não sei se ainda é possível corrigi-la, tenho a preocupação de que possa ser vetada, justamente porque no artigo 1º diz que o Governo do Estado parcelará. Se ao invés de parcelar nós pudéssemos - acho que há um entendimento seu com o Governo, até porque esse projeto contribui para que o Governo receba - se ao invés de parcelar fosse mudado para poder parcelar, você criará nenhuma situação de veto por inconstitucionalidade. Só estou colocando isso porque a intenção é contribuir com o projeto, mas se pudermos colocar que poderá parcelar ao invés da obrigatoriedade de parcelar, não haverá condições de veto. Caso contrário, tenho a preocupação de que possa ser vetado, e talvez no ano que vem tenhamos aqui uma surpresa que possa ser desagradável.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, a emenda que fizemos, além de observar as colocações feitas pelo Deputado Tadeu Veneri, observou também o parecer que não tínhamos tomado conta da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria da Fazenda. Inclusive este 1º artigo está colocado nas palavras sugeridas em uma das observações pela própria Procuradoria Geral do Estado. E o efeito impositivo é justamente para que não fique na decisão administrativa política, na escolha do Secretário ou de quem couber a decisão de parcelar ou não. É importante frisar

que o artigo 3º diz o seguinte: *O Poder Executivo regulamentará esta lei em 30 dias, contados da data de sua publicação, estabelecendo os critérios e condições concessivas, valor mínimo da parcela e o procedimento administrativo para o parcelamento dos créditos.*

A própria Procuradoria Geral do Estado, em seu parecer, disse que não seria interessante ao estado parcelas inferiores a R\$ 100. Está lá no parecer. No entanto, não podemos estipular esse valor.

Portanto, colocamos desta forma, acredito que as ilegalidades estão com toda certeza sanadas e teremos um veículo de auxílio àqueles que muitas vezes não têm condições de pagar em uma única parcela, que dependem da quitação para poderem dar andamento às suas ações. Inclusive de forma especial os municípios. E certamente com este projeto estaremos auxiliando de forma significativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero crer que os esclarecimentos do Deputado Artagão foram importantes. Agora pergunto se é possível incluirmos o “poderá parcelar”? As ponderações feitas pelo Deputado Tadeu Veneri são interessantes e procedentes. O estado vai parcelar na medida em que ele tiver interesse. Se ele não tiver interesse, ele veta inclusive o projeto de lei e devolve a Casa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, poderá ser feita uma correção ortográfica?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim. Até cumprimento o Deputado Tadeu Veneri que corrige um vício. Está em votação a emenda. **Aprovada.** em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 671/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Comissão Permanente de Acessibilidade, subordinada a SEDU, com a finalidade de elaboração de normas e controle que garanta a execução do programa cidade para todos, de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de necessidades especiais, criado pela Lei nº 13136/01. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 818/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 821/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação Brasileira de Porfíria - ABRAPO, com sede e foro nesta capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 823/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto São José Del Rey, com sede no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 838/07, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Governador José Richa, com sede e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, fica instituído, na Assembléia Legislativa do Estado, o Programa Semente do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/07

P A R E C E R :

O Projeto de Resolução nº 024/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por objeto instituir, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Programa Semente do Paraná, visando conscientizar os alunos da rede pública de ensino acerca da importância da defesa do meio ambiente.

O Regimento Interno desta Casa de Leis, ao dispor sobre a elaboração legislativa, prevê as diversas formas de proposições existentes, mencionando expressamente os projetos de resolução no parágrafo 1º do artigo 117, esclarecendo a finalidade dos mesmos no parágrafo 2º do artigo 121:

Art. 117

§ 1º - As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

Art. 121

§ 2º - *Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos (...).*

Assim, resta aferida a legitimidade da presente proposta legislativa, eis que visa instituir um programa que dá novas atribuições de caráter eminentemente administrativo, à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e à Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Inobstante isso, o projeto de lei em análise apresenta óbice constitucional inviabilizando o seguimento de sua regular tramitação, ao dispor, em seu artigo 5º que “a frase ganhadora terá seu cartaz colocado em todas as Escolas da Rede Pública do Estado”, adentrando assim na esfera de atribuições do Poder Executivo, vez que quem detém competência para modificar a estrutura organizacional das escolas da rede pública de ensino do estado é a Secretaria de Educação, órgão subordinado ao Poder Executivo.

Diante do analisado, esta Comissão opina pela aprovação do presente projeto de lei, desde que em conformidade com a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/07

O artigo 5º do Projeto de Resolução nº 024/07, conforme os artigos 136 e 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - A frase ganhadora poderá ter seu cartaz colocado em todas as escolas da rede pública de ensino do estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/07

P A R E C E R :

Relatório

O projeto semente do Paraná tem por objetivo conscientizar os alunos da rede pública de ensino do estado, através de concurso de frases da importância de defesa do meio ambiente no estado, no Brasil e no planeta.

Parecer do Relator

Nestes tempos de desequilíbrio ambiental, ações para a melhoria de qualidade de vida no planeta devem ser iniciativas de todos.

Através do presente projeto que o nobre Deputado apresentado na Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, faz com que aumente o estímulo de iniciativas e ações para elevar consciência dos estudantes na realização deste intuito.

Considerando, o parecer deste Relator é favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27.11.07.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3744, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3741 e 3742, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3745 e 3746, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3750, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3752, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Jocelito Canto, inscrito.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Queria me desculpar com V. Exa. durante aquele momento que usei da palavra. Acho que nós como comunicadores temos o dever de comunicar bem, afinal já estou há 25 anos no rádio. Acho que é uma obrigação sabermos nos comunicar. Mas devido a esse momento difícil que passamos nos últimos dias, então você acaba perdendo às vezes até o princípio da razoabilidade. Quero me desculpar com V. Exa., jamais tive intenção de atacar o Presidente. Sempre discuti com o Presidente, vou discutir tudo aquilo que achar que é legal, mas jamais quero ofendê-lo, porque acho que a ofensa não vai a lugar nenhum.

Mas queria, Sr. Presidente, oferecer essa vitória hoje no Superior Tribunal de Justiça, oferecer essa vitória que foi de 4 x 0. Foram 4 Srs. Ministros que votaram. Queria fazer uma homenagem a essa vitória ao Poder Judiciário, aos bons Desembargadores do estado do Paraná, aos bons Juízes do estado do Paraná e aos excelentes Srs. Promotores do estado do Paraná, que sabem entender o proceder da lei, qual é o fundamento da lei.

Quero aproveitar esse momento para fazer um desabafo de que precisamos, Sr. Presidente, ajudar a fortalecer esses brilhantes magistrados que interpretam corretamente a lei. Desembargadores, Juízes, Ministros que possam cumprir a lei e que não se deixam influenciar por terceiros e que acabam prejudicando pessoas de bem, interpretando de forma não correta a lei e isso deixa uma margem ruim para o próprio Tribunal de Justiça do Paraná.

A decisão tomada em Brasília pelo Relator, Dr. Arnaldo Esteves de Lima - Ministro, que foi brilhantemente acatada pelo meu advogado Dr. Viana, diga-se de passagem, um brilhante advogado. Agradeço a indicação do Deputado Carlos Simões, Deputado Belinati, do Deputado Cartário, que sempre diziam para mim que o Dr. Viana, sem dúvida nenhuma, advogado conhecedor da causa, ao contrário de um advogado muito famoso que eu peguei aqui em Curitiba e que sequer acompanhou a formação de um processo, me levando a ser cassado no STF, por falta de uma procuração. Não sei se por maldade, por interesse ou por incompetência mesmo.

Rendo aqui as minhas homenagens ao Dr. Viana, esse brilhante advogado da cidade de Londrina, que no transcorrer do processo atacou exatamente esse caminho. Também a nossa advogada de primeira instância que é a professora Regina, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que sempre colocou desde a inicial que jamais poderia o Prefeito ser cassado por um policial estar à disposição da Prefeitura. É isso que o Sub-Procurador da República, ao dar o seu parecer, encerrou o assunto dizendo que não vê crime nenhum em um policial estar cedido a uma Prefeitura. Não há crime! E isso constitui a anulação dando um recado a alguns membros do Poder Judiciário do Paraná, que o Judiciário é para pessoa séria, não para pessoas que queiram fazer de sentenças profecias eleitorais.

E a partir dessa decisão, Sr. Presidente, vou contestar alguns Desembargadores deste estado, vou sim, com muita coragem que Deus me deu.

Peço ao Tribunal de Justiça que não seja injusto comigo, como está sendo em alguns momentos, colocando uma Desembargadora para julgar os meus casos. Essa Desembargadora, na seqüência mostrarei ao Paraná quem é essa Desembargadora, na hora certa, teremos momento para isso.

Só peço ao Tribunal de Justiça do Paraná que designe para cuidar dos meus processos pessoas que tenham a intenção correta de julgar o que diz a lei, porque ali no Tribunal de Justiça tem muitos Srs. Desembargadores corretos, pessoas justas, como no Ministério Público também existem excelentes Srs. Procuradores que interpretam a lei. Também em Brasília existe o Supremo, existem Ministros que corrigem as injustiças cometidas.

Por isso, quero oferecer essa vitória hoje, que é uma vitória de pensar, de parar e acima de tudo de se manter humilde, porque quando se ganha alguma coisa

não se ganhou tudo. É nesse momento que devemos prosseguir na questão da humildade, pensar o que vai se fazer para frente, analisar o que está se vivendo no momento. Nunca fugir da sua realidade.

Dizer, Sr. Presidente, que passamos momentos difíceis pela má interpretação da lei. A interpretação não correta da lei aqui no Judiciário do Paraná, o que não é justo para o Judiciário, que julga nossa vida, a vida dos meus filhos, julga a vida de todos nós. O Judiciário não pode se prestar a isso, alguns membros do Judiciário. O Judiciário tem que ser correto, tem que nos orgulhar com sentenças corretas, e quando nós errarmos, quando nos cobrarmos, nos executar quando errarmos, porque todo mundo erra. Mas, executar no modo e na forma da lei.

Por isso, este sofrimento foi difícil. Momentos de tensão, V. Exa. não pode imaginar. Principalmente nossos familiares. Como nossos filhos sofrem, sabendo que nada se deve e que se paga tudo. É um sofrimento muito grande, que pode ter vítimas. Às vezes, pelo procedimento ilegal de uma pessoa, outras pessoas são vitimadas. E não é para isso que serve o Poder Judiciário. O Poder Judiciário tem que nos orgulhar! Tem que nos orgulhar com suas decisões, mesmo que nos condenem. Ninguém está pedindo para não nos condenar, não, quando nós errarmos. Ele está aí para nos condenar, sim, mas quando errarmos.

Desculpe este desabafo, Sr. Presidente, mas eu tinha que fazê-lo. Quero dizer a V. Exa. que fico muito feliz, hoje, ao receber esta confirmação de Brasília. E volto a dizer: a vitória não é do Jocelito, a vitória não é do Aníbal Khury, quando mandou o policial para Ponta Grossa, para cuidar da Prefeitura, para me ajudar quando Prefeito, porque sabia que eu era muito jovem. E lá atrás, ele estava correto. Não havia nada de errado. Esta vitória é a vitória dos bons homens do Judiciário do Paraná, das grandes pessoas, dos grandes homens, das crianças e principalmente das pessoas de bem, como eu, que apesar de ter apanhado no Tribunal de Justiça eu ainda acredito que aqui ao lado existem pessoas que merecem nosso respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência aceita as desculpas de V. Exa. e o cumprimenta pela vitória de hoje. Tem certeza que V. Exa. e sua família terão um Natal muito mais feliz do que poderiam ter. Parabéns e está desculpado, Deputado Jocelito.

Concedemos a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Muito obrigado, Sr. Presidente. Utilizo este espaço nas Explicações Pessoais só para dizer que por ocasião da votação dos votos de congratulações ao Senador Álvaro

Dias, a Bancada do PT se manifestou contrária e eu insisto que sejam registrados os votos contrários da Bancada do PT, dos votos de congratulações ao Senador Álvaro Dias.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Só para registrar que segunda feira às 13h30 faremos realizar uma Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Pela Ordem)**

Em primeiro lugar, queria explicar minha ausência na Sessão, porque eu estava participando da Conferência Estadual de Educação, pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

Mas eu queria usar da palavra. Acho que a vitória, hoje, não foi só do Deputado Jocelito Canto. Foi uma vitória do Parlamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque um Parlamentar que teve mais de 70 mil votos, representa uma região importante do estado, ser cassado por causa de um policial colocado à disposição da Prefeitura, não tem cabimento!

Eu me lembro quando subi à tribuna defendendo o Deputado Jocelito Canto, 53 Deputados, apenas o senhor não assinou, inclusive o Presidente desta Casa, assinamos todos o manifesto reconhecendo a injustiça que havia sido feita nas instâncias em que o Deputado havia perdido a ação.

Então, quero dar parabéns ao Deputado Jocelito Canto e ao povo de Ponta Grossa. A democracia é mais bela que tudo. Mesmo que haja divergências entre as lideranças políticas, o processo democrático tem que ser transparente e as forças têm que se manifestar livremente,

para que o povo saiba o que é melhor para a sua cidade, seu estado, seu país.

Então, parabéns, Deputado Jocelito Canto, sua família, seus companheiros assessores. Acho que ele passa de um momento novo na sua história política, na de Ponta Grossa. Parabéns aos demais Deputados que auxiliaram nesta caminhada.

Muito obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 037/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 696, 763, 811 e 820 do Projeto de Lei Complementar nº 716/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 272, 671 e 823/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 681, 728 e 781/07 e do Projeto de Resolução nº 024/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 651, 698, 699, 713 e 858/07 e do Projeto de Resolução nº 035/07.

Levanta-se a Sessão.

